

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS – CESP
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

AROLDO PEREIRA GOMES

**AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO EDUCATIVO COM CRIANÇAS
NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO PEDRO DA COMUNIDADE SÃO PEDRO DO
MARAJÓ, RIO UAICURAPÁ, PARINTINS/AM**

Parintins/AM

2023

AROLDO PEREIRA GOMES

**AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO EDUCATIVO COM CRIANÇAS NA
ESCOLA MUNICIPAL SÃO PEDRO DA COMUNIDADE SÃO PEDRO DO
MARAJÓ, RIO UAICURAPÁ, PARINTINS/AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

Orientador (a): Dra. Simone Souza Silva.

Parintins/AM

2023

AROLDO PEREIRA GOMES

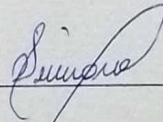
**AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO EDUCATIVO COM CRIANÇAS NA
ESCOLA MUNICIPAL SÃO PEDRO DA COMUNIDADE SÃO PEDRO DO
MARAJÓ, RIO UAICURAPÁ, PARINTINS/AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Graduação em Licenciatura em Pedagogia,
pela Universidade do Estado do Amazonas -
UEA.

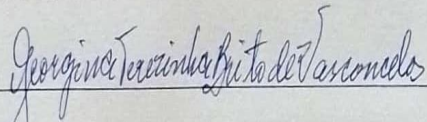
Orientador (a): Prof.^a. Dra. Simone Souza Silva

Aprovado em: 29/08/2023

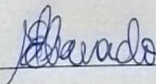
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Simone Souza Silva
Universidade do Estado do Amazonas



Prof. Dra. Georgina Terezinha Brito de Vasconcelos
Universidade do Estado do Amazonas



Prof. Dr. Edilson da Costa Albarado
Universidade Federal do Pará / PPGED

AGRADECIMENTO

O meu maior agradecimento brota da alma, em louvor à trindade santa, Deus Pai, Deus Filho e Espírito Santo, que pela sua infinita bondade, nos permitiu experimentar momentos como este, que foram extremamente significativos em minha vida. Fonte de toda inspiração e perseverança, me permitiu adentrar nesse processo, permanecer e chegar até ao final, vencendo todos os obstáculos encontrados em nosso percurso formativo.

À Nossa Senhora, mãe do Salvador, fiel intercessora que nos coloca em seu poderoso amparo. E à São Pedro padroeiro da Comunidade São Pedro do Marajó, rendo meu sincero reconhecimento e admiração

Agradeço aos meus primeiros educadores, meus pais queridos, **Alfredo Paixão Gomes e Maria de Jesus Pereira Gomes** pelo amor incondicional. Eles que me educaram na fé cristã e me ensinaram a lutar pelos meus ideais e a viver na humildade e dignidade, conservando os valores e preceitos familiares.

Dedico essa conquista, à razão das minhas lutas, meus amados filhos, **Jennifer Gama Gomes, Maria Renata Gonçalves Gomes** e o meu pequeno **Guilherme Gabriel Gonçalves Gomes**, eles que são o motivo pelas quais faz todo sentido a busca desta vitória.

A minha esposa querida, **Alcivane Gama Gonçalves** pelo companheirismo, pela amizade, pelo apoio e pela força dedicada a mim, em todos os momentos difíceis em que precisei de ajuda para continuar a caminhada.

Aos meus irmãos **Alfrimar Pereira Gomes** (Alfri)(*in memoriam*), **Aldimar Pereira Gomes** (Aldi) e **Alcenir Pereira Gomes** (Eny), pela nossa história de vida construída juntos, na simplicidade, no companheirismo, no respeito, e pelo viés da educação procurar vencer as barreiras impostas, e dar orgulho a nossos pais.

À minha Grande Família, tios, tias, primos e primas, eles que de alguma forma torcem pela nossa vitória e estão prontos a nos ajudar no que for preciso, essa vitória também é de vocês.

Um agradecimento todo especial à minha orientadora Prof. Dra. **Simone Souza Silva** a qual tive a honra e o privilégio de compartilhar momentos inesquecíveis, que serão guardados em minha memória, como exemplo de educadora, companheira, amiga. Um exemplo de ser humano acolhedor, com sua simplicidade encanta à todos.

Aos demais doutores e mestres docentes desta conceituada Universidade, que ao longo desta caminhada esforçaram-se para compartilhar seus conhecimentos e ensinamentos, contribuindo para a construção do nosso desenvolvimento intelectual e nos ajudaram a ampliar nosso horizonte na tentativa de compreender o mundo a nossa volta.

Aos meus sogros e padrinhos *Renato de Souza* e *Zenilda Gama* que estiveram ao nosso lado também nos momentos mais difíceis, que enfrentamos durante nossa jornada acadêmica.

À minha cunhada *Jahny Gama Gonçalves* professora da Escola Municipal São Pedro, inspiração na parceria escola-universidade nos Projeto de Extensão, foi apoio fundamental para colocar em prática os conhecimentos apreendidos na Universidade, assim como na recepção nas nossas viagens de campo.

Agradeço ao meu cunhado *Leon Gonçalves* e sua esposa *Rosemeyre Lima*, que nesse período me acolheram e me deram abrigo durante o percurso, além de nos dispensarem atenção, carinho e amizade durante boa parte do nosso processo formativo, à vocês os meus sinceros agradecimentos.

E por fim, um agradecimento todo especial ao “**Bonde do Lacoste**” nosso Grupo de Estudos formado desde meados do 2º período dessa jornada formativa, isso no auge da Pandemia da COVID19. O nome icônico é uma crítica ao movimento negacionista antivacinas que se instalou em nosso país. Foi uma forma de protestar e ao mesmo tempo celebrar a chegada da vacinação ao primeiro integrante do grupo. Fica registrado minha eterna gratidão à *Hermínio Godinho, Karina Rolim, Larissa Carvalho* e *Sandrelli Pantoja* pela confiança, irmandade, pelo carinho, apoio nos momentos mais difíceis que enfrentamos juntos.

O educador não é aquele que reproduz sermões prontos e acabados
Mas aquele que desperta a consciência, motiva para a existência.
Emerge junto com os seus educandos desse mundo vivido de
forma impessoal. Educar é tornar e tornar-se pessoa.

Autor
Rubens Alves

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar os desafios e possibilidades que emergem na relação entre o trabalho educativo de crianças na agricultura familiar e o seu processo de ensino aprendizagem no 1º ao 5º ano em uma classe multisseriada do Ensino Fundamental da Escola Municipal São Pedro do Marajó/Uaicurapá, Pin-Am, observado nos pequenos núcleos de famílias camponesas, cujas crianças participem ativamente ou não das atividades desenvolvidas juntamente com seus pais. Partimos da concepção de que a agricultura familiar tem como principal característica, as atividades coletivas, por meio do uso dos recursos da natureza, cuja prática permite ao indivíduo sobreviver sustentavelmente, sem com isso impactar de forma negativa o meio ambiente. A pesquisa teve como base teórica estudos desenvolvidos por autores, como Hage (2005), Souza (2009), Witkoski (2010), Ghedin (2013;2016), Borges e Mourão (2014), Silva (2017). O percurso metodológico da pesquisa é de natureza qualitativa, pela via da abordagem do materialismo histórico dialético, a qual utilizou-se de instrumentos de coleta de dados, como: o questionário, a entrevista e a roda de conversa, por meio dos quais foi possível compreender a tessitura das relações sociais estabelecidas, bem como entender as necessidades que levam à articulação trabalho pedagógico educativo e o trabalho na agricultura familiar. O estudo traz a história de vida do pesquisador, isto porque sua trajetória se confunde com a história de vida de vários estudantes na atualidade, porém, em contextos diferentes, compreendendo a dialética da vida, e as transformações que ocorrem no modo de ser, agir e pensar dos sujeitos. A reflexão tecida aponta para a necessidade da defesa de uma Educação do Campo, enquanto conquista dos movimentos sociais por meio de lutas, embates e discussões acirradas por políticas educacionais abrangentes para além do espaço escolar, cujo papel ganha relevância na construção de um ideal camponês fortalecido, considerando o protagonismo, vivências, valores e saberes emanados por seus sujeitos.

Paravras Chave: Educação na Amazônia. Trabalho Pedagógico Educativo. Agricultura Familiar

ABSTRACT

This work aimed to analyze the difficulties and possibilities that emerge in the relationship between educational work of children in family agricultural work and their teaching learning process in the 1st to 5th year in a multigrade elementary school classe from São Pedro Municipal School Uaicurapá, Pin-Am observed in small groups of peasant families, whose children participate or not in activities developed together with their parents. We start from the idea that family farming has as its main characteristic, the collective activities, through the use of nature's resources, whose practice allows the individual to survive sustainably, without negatively impacting the environment. The research was theoretically based on studies developed by authors such as Hage (2005), Souza (2009), Witkoski (2010), Ghedin (2013;2016), Borges and Mourão (2014), Silva (2017). The methodological route of the research is of a qualitative nature, through the approach of dialectical historical materialism, which used data collection instruments, such as: the questionnaire, the interview and the talking circle, through which it was possible to understand the texture of established social relations, as well as understanding the needs that lead to the articulation of educational pedagogical work and family agricultural work. The study brings the researcher's life story, because his trajectory is intertwined with the life story of several students today, however, in different contexts, understanding the dialectic of life, and the transformations that occur in the way of being, acting and thinking of the subjects. Reflective practice points to the need to defend a Rural Education, as a conquest of social movements through struggles, clashes and heated discussions for comprehensive educational policies beyond the school space, whose role gains relevance in the construction of a strengthened peasant ideal, considering the protagonism, experiences, values and knowledge emanated by its subjects.

Keywords: Education in the Amazon. Educational Pedagogical Work. Family Agricultural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - O TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO EDUCATIVO EM COMUNIDADES CAMPONESAS DA AMAZÔNIA.....	12
1.1 Agricultura Familiar é uma agricultura agroecológica.....	12
1.2 Breve histórico da Agricultura Familiar no território brasileiro.....	13
1.3 As Concepções da Educação do Campo.....	16
1.4 Os desafios do trabalho pedagógico em Escolas do Campo.....	18
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA.....	23
2.1 Contextualização do <i>locus</i> da pesquisa.....	25
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	28
3.1 Comunidade São Pedro do Marajó, localização e identidade sócio-cultural.....	28
3.2 O trabalho da agricultura familiar na Comunidade São Pedro do Marajó.....	33
3.3 As principais atividades de trabalho da agricultura desenvolvidas no núcleo familiar envolvendo crianças.....	34
3.4 Conhecendo as pessoas da família que trabalham na agricultura familiar.....	36
3.5 Aspectos socioeconomicos dos que vivem da agricultura familiar na comunidade.....	38
3.5 A disponibilidade de horário para a realização das atividades escolares extraclases.....	38
3.6 As concepções dos pais sobre as possibilidades para o desenvolvimento das crianças na relação entre o trabalho pedagógico educativo e a agricultura familiar.....	39
3.7 As principais dificuldades vivenciadas por alunos que participam das atividades realizadas na agricultura familiar.....	41
3.8 A relação trabalho educativo na agricultura familiar e trabalho pedagógico educativo na escola e a influência no desenvolvimento do aluno.....	42
3.9 Potencializando o trabalho pedagógico educativo de alunos que desenvolvem atividades na agricultura pelo viés da escola.....	43
3.10 A articulação dos conteúdos escolares com os conhecimentos que os alunos trazem de suas experiências nas atividades da agricultura que realizam em seu núcleo familiar.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXOS A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PAIS DAS CRIANÇAS.....	50
ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS PARA OS PAIS E PROFESSORES.....	52

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo tecer uma análise sobre as dificuldades e possibilidades emergentes na relação entre o trabalho pedagógico educativo e o trabalho na agricultura familiar praticado por pequenos núcleos de famílias camponesas, cujas crianças participem ativamente das atividades desenvolvidas juntamente com seus pais. Partimos da concepção de que a agricultura familiar tem como principal característica, as atividades coletivas, por meio do uso dos recursos da natureza, cuja prática permite ao indivíduo sobreviver sustentavelmente, sem com isso impactar de forma negativa o meio ambiente.

Historicamente o trabalho da agricultura familiar se caracteriza pelo cultivo do roçado¹ o qual serve para diversas plantações, dentre elas a plantação da mandioca, a qual representa a atividade principal do povo camponês² para se manter economicamente ativo. Trata-se de um trabalho coletivo, desenvolvido por todos os membros da família, inclusive crianças, para garantia e manutenção do sustento familiar.

Enquanto pertencente à uma classe trabalhadora da agricultura familiar, que nasceu e cresceu em uma comunidade rural³, desde pequenino aprendi pela via da necessidade, a articular o trabalho pedagógico educativo com o trabalho da agricultura familiar que desenvolvíamos juntamente com nossos pais. Neste ínterim, um fio de memória surge no pensamento, lembrando o tempo em que iniciamos nossa vida escolar na Escola Municipal São Pedro da Comunidade São Pedro do Marajó, do Município de Parintins no Estado do Amazonas, onde nascemos. E foi nesta escola, com organização uni-docente ou multisseriada, que fomos alfabetizados por uma professora com formação em magistério.

No entanto, o trabalho pesado e as dificuldades de sobrevivência de nossa família tão somente pela agricultura familiar, associado à problemas de saúde de nossa mãe, culminaram em um percurso migratório de nossa família em busca de melhores condições de vida. Na ocasião, com (06) seis anos de idade, estava em fase de alfabetização, migramos para a cidade de Parintins. Essa mudança representava para nós uma oportunidade de recomeço, pois,

¹ Área de mata ou de capoeira baixa que depois de cortada e queimada, é utilizada para o plantio.

² Entendemos que “o uso do termo camponês é significativo para discutirmos a Educação do Campo na Amazônia, por tratar-se de um termo que permite visibilizar os sujeitos que a constroem e encaminham a educação do campo neste território e que compõem a sociodiversidade amazônica, como os ribeirinhos, os extrativistas, pescadores, os quilombolas, os assentados, ou seja, os sujeitos das águas, das terras e das florestas (Silva, 2017, p. 37)

³ Denominação utilizada pelo poder público municipal em referência aos diversos povoados de várzea ou terra firme que compoem o município de Parintins no Estado do Amazonas.

deixamos para trás a vida no campo e tivemos que nos adaptar à nova realidade urbana enfrentando sérias dificuldades financeiras, que aos poucos fomos superando.

Uma vez estabelecidos e adaptados, alcançamos a 4^o série do antigo primeiro grau, no entanto, novamente veio outra migração, agora para a capital do Estado. Este acontecimento foi bem marcante, pois, quebrou nossa rotina de estabilidade. Esse fato causou a descontinuidade de nossos estudos devido a diversos fatores, entre eles a falta de recursos financeiros, a disponibilidade de vaga nas escolas e, inclusive, problemas de condução (transporte), devido à distância da escola.

A remuneração tão somente oriunda do trabalho de nossos pais não supria nossas necessidades satisfatoriamente, então, houve a necessidade de nos inserirmos precocemente no mercado de trabalho. Com a maior idade tornou-se imprescindível a conciliação entre o trabalho profissional que desempenhávamos no distrito industrial de Manaus e as atividades escolares, o que inviabilizou a continuidade e finalização dos estudos, sobretudo, devido ao cansaço físico e mental.

Essa realidade se fez presente durante nossa trajetória escolar na educação básica, tendo fortes implicações em nosso processo formativo, que em consequência levou à conclusão tardia do Ensino Médio, o qual, inclusive, ocorreu na modalidade de ensino pouco convencional, qual seja, o Exame Supletivo, e isso em uma escola particular. Embora essas implicações desafiadoras, a constante necessidade de articulação do trabalho com a educação de certa forma ganhou conotações positivas, pois, nosso objetivo sempre esteve pautado na superação. Neste sentido, conseguimos transformar as dificuldades em possibilidades de realizações pessoais, desenvolvendo também princípios fundamentais de formação social.

Cabe destacar que a formação no Ensino Médio foi muito significativa e representou um marco em nossa vida, considerando que depois de décadas estagnado, conseguimos avançar no estudo. A modalidade de ensino pode não ter sido a mais adequada para a minha formação, mas foi a via de acesso que nos permitiu ir além, abrindo para nós um horizonte de possibilidades, o que nos motivou, inclusive, a ingressar no Ensino Superior.

E foi a partir das reflexões suscitadas por meio desta trajetória que emergiu o interesse por esta temática, a qual teve por objetivo analisar os desafios e possibilidades emergentes na relação entre o trabalho educativo e o trabalho na agricultura familiar de crianças camponesas.

E como objetivos específicos, o estudo buscou descobrir os principais trabalhos desenvolvidos pelas famílias da Comunidade São Pedro do Marajó e como as crianças

participam no desenvolvimento das atividades, bem como conhecer o perfil e o contexto socioeconômico e cultural dessas famílias.

O estudo parte da compreensão de que as múltiplas relações entre o brincar, o estudar e o trabalho na agricultura familiar, pode ensejar em uma educação libertadora, cujas experiências, contribuem para a formação social da criança, pautada nas experiências de um sujeito que desde a infância assume um compromisso com a educação e o trabalho. Sob esse prisma, compreende-se que essa relação pode ajudar a desenvolver o caráter, a ética, a autonomia, a responsabilidade, características estas essenciais para a formação social do sujeito, isto porque articula educação e trabalho.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa inserida na temática Educação do Campo, desenvolvida em um processo de buscas, leituras, discussões e diálogos tecidos durante nossa trajetória formativa, articulada e sustentada no referencial teórico de diversos autores, dentre eles: Hage (2005), Witkoski (2010), Ghedin (2013;2016), Borges e Mourão (2014), Silva (2017) entre outros. Tal processo corroborou para compreender o contexto da Escola do Campo e seus diferentes atores sociais, bem como para a compreensão da temática em questão.

No que concerne à organização deste trabalho, o mesmo está estruturado da seguinte forma: No Capítulo 1 - O trabalho da agricultura familiar e trabalho educativo em comunidades camponesas da amazônia, no qual apresentamos conceitos dos principais elementos referenciais da pesquisa, tais como, Agricultura Familiar e Concepções da Escola do Campo buscando compreender como se processa essa articulação na vida da criança que estuda em escola do campo e desenvolve atividades na agricultura familiar junto aos seus pais e\ou familiares.

O Capítulo 2 - Metodologia - procuramos descrever o percurso traçado e adotado estrategicamente para o alcance dos resultados esperados, trazendo o tipo de abordagem, as técnicas e instrumentos para coleta de dados, bem como dos sujeitos e *lôcus* da pesquisa.

O Capítulo 3 - Análise e Discussão dos Resultados trazem a tessitura de uma reflexão acerca da realidade e vivências dos sujeitos camponeses que muito tem a nos ensinar com seu modo de vida e forma de expressão, enfatizando suas vozes, e enaltecendo sua sabedoria e protagonismo, e sobretudo, sua perseverança e resistência.

CAPÍTULO 1 - O TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO EDUCATIVO EM COMUNIDADES CAMPONESAS DA AMAZÔNIA

1.1 Agricultura Familiar é uma agricultura agroecológica

Trazemos para este estudo alguns conceitos e reflexões sobre a agricultura familiar e o campesinato, a partir do estudo de pesquisadores desta temática que nos ajudam a compreender a realidade vivida pelos sujeitos camponeses que sobrevivem da agricultura familiar, considerando que estes ao se utilizarem dos recursos da natureza, tem plena consciência da necessidade de sua conservação.

Sendo assim, a agricultura familiar é considerada uma atividade agroecológica, pois Meirelles (2014, p. 50) diz que esta,

tem potencial de força transformadora da realidade rural, em especial pelo seu enfoque científico aliado ao saber dos agricultores que pode contribuir para a construção e prática de uma agricultura mais sustentável, garantindo segurança alimentar, renda para as famílias e conservação da agrobiodiversidade.

A colaboração técnica na capacitação dos agricultores aliada ao seu conhecimento adquirido ao longo do tempo, potencializa sua atividade, tornando-a mais produtiva e lucrativa, sem causar maiores danos à natureza. A agricultura familiar constitui uma atividade praticada em toda a extensão da região amazônica, como uma das formas de sustento dos mais variados grupos camponeses. Trata-se de uma estratégia que os sujeitos encontram para produzir e reproduzir sua existência, como podemos observar na assertiva de Borges e Mourão (2014, p. 16):

O conceito de agricultura familiar é abrangente, abarcando grupos sociais distintos (ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, assentados ou em processo de assentamento, posseiros, entre outros), com atividades agrícolas centradas no trabalho e sustento do núcleo familiar, relacionadas com a região geográfica e com a biodiversidade.

As autoras concebem o campesinato como uma categoria que representa vários grupos sociais que possuem uma característica em comum, que é o sustento dos sujeitos pela via do trabalho na agricultura familiar em pequenas unidades de produção. Trata-se de sujeitos que habitam à margem do rio e adentram as matas para desbravar, coletar, ou trabalhar em plantações. As múltiplas dimensões das atividades realizadas por esses sujeitos sociais revelam uma polivalência no desenvolvimento do processo de seu trabalho camponês, no trato

com as águas, a terra e a floresta, procurando extrair delas os recursos naturais necessários à sua sobrevivência, de modo que “o homem destingue-se dos outros animais por sua atividade produtiva (Witkoski, 2010, p. 131).

Nesse caso, o camponês possui grande conhecimento do habitat onde vive, ele entende que seu trabalho é o único meio pelo qual poderá desenvolver-se. Por outro lado, desenvolve-se como sujeito consciente da preservação e conservação do ambiente a sua volta, por identificar-se com seu lugar de pertencimento. Conforme esta concepção, o camponês é protagonista de sua própria história, isto porque é um sujeito detentor de conhecimentos singulares, os quais são repassados de geração em geração, conforme destaca Souza (2015, p. 114):

As heranças ensinadas são aprendidas, para serem ensinadas às gerações futuras em um processo contínuo de aprender para ensinar e ensinar para aprender, em que os saberes são bases para fortalecer os sentimentos de identidade e do espaço vivido.

Para tanto, esses saberes precisam ser compreendidos, apropriados e articulados pelo educador do campo para trabalhar com crianças camponesas, isto porque as crianças transitam entre os saberes escolares e científicos das disciplinas e os saberes populares que as vivências no seu núcleo familiar lhes proporcionam. Aliás, esta é a oportunidade que a escola dispõe para trabalhar e incentivar a formação social do sujeito.

As formas de trabalho dos camponeses e familiares são bem peculiares, onde estes se apropriam e se utilizam dos recursos naturais, pela via do trabalho, considerando “um ato pelo qual o homem se apodera da natureza, fazendo dela algo que lhe pertença, algo que lhe é inerente” (Witkoski, 2010, p. 130).

De acordo com a concepção de Witkoski (2010), o homem observa o movimento cíclico dos rios na cheia e na vazante, aprende na prática a dialética da vida social/natureza que imprime uma dinâmica singular aos processos de trabalho, num sentido ambíguo de que a vida comanda o rio, mas por outro lado, o rio comanda a vida.

1.2 Breve histórico da Agricultura Familiar no território brasileiro

A agricultura é uma atividade praticada desde os tempos coloniais, e ao longo do tempo foi chamada de agricultura de subsistência, dando conotações de subalternidade aos sujeitos camponeses, pelo seu caráter primitivo, mesmo esta sendo uma atividade de extrema importância para a reprodução e formação social. De acordo com Caldart (2012, p. 31):

A expressão agricultura de subsistência, presente nos discursos dominantes desde o Brasil colonial, discrimina os camponeses por serem produtores de alimentos - uma tarefa considerada subalterna, ainda que necessária para a reprodução social da formação social brasileira.

Os trabalhadores desse setor convivem com a desvalorização de sua mão de obra, ou seja, não são reconhecidos pelos capitalistas. Na década de 1950 houve uma revolução quanto à expansão da agricultura, a qual foi intensificada a partir dos anos de 1980, ocasião em que surgiu a expressão agricultura familiar.

Mas, foi a partir da década de 1990 que o conceito Agricultura Familiar ganhou adesão. E como nos esclarecem Borges e Mourão (2014, p. 17), “o processo de inclusão desse conceito nas políticas oficiais coincide com uma nova abordagem sobre desenvolvimento sustentável”.

E, sob este enfoque o conceito de Agricultura Familiar abarca questões, como: desenvolvimento econômico, conservação ambiental, saberes tradicionais, protagonismo social e responsabilidade. No que concerne às políticas públicas, a agricultura familiar ocupou lugar de destaque com a Promulgação da Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006, que estabeleceu diretrizes que possibilitaram avanços para o setor.

No entanto, Borges e Mourão (2014) tecem algumas críticas sobre o conceito de agricultura familiar, por entenderem que as definições estabelecidas sobre agricultores familiares priorizam apenas o aspecto econômico, uma vez que o campo brasileiro é composto por diversos grupos e processos históricos originários distintos, cada um contribuindo com sua carga cultural própria.

Caldart (2012, p. 31) destaca que “a oficialização da expressão agricultura familiar teve como objetivo estabelecer critérios para o enquadramento legal dos produtores rurais com certas características que os classificavam como agricultores familiares”. E isso com o objetivo de que os produtores recebessem benefícios do governo, estando ou não sob a subordinação de empresas capitalistas.

A produção da agricultura familiar no Amazonas é praticada pelas populações remanescentes indígenas e por camponeses de origem e cultura diversa, além de também figurarem nesse cenário os agricultores assentados pelos programas de Reforma Agrária, que se estabeleceram e construíram sua vivência e identidade com a terra.

A cultura indígena foi a primeira civilização amazônica a estabelecer esse vínculo com a terra e ao longo do tempo conquistaram políticas específicas de demarcação de território.

“De certa maneira o termo Agricultura Familiar surge então no sentido de agregar estes sujeitos para fins de criação destas políticas públicas específicas” (Borges; Mourão, 2014, p. 21).

Borges e Mourão (2014) nos, ensinam que as políticas públicas são importantes para agregar valor ao trabalho agrícola camponês, oferecendo linhas de crédito, financiamentos, apoio técnico e regularização das terras dos pequenos produtores para que estes tenham acesso a esses incentivos. Porém, Silva (2017, p. 33), faz um importante alerta:

Movidos pela lógica de interesses econômico-financeiros e não de valores sociais ou ambientais, organismos internacionais e mundiais associados a interesses nacionais, regionais e locais, implantam grandes projetos e agronegócios, que visam apenas o lucro, submetendo o camponês ao estado mais degradante de sua condição humana.

Em vários territórios do campo, o processo de produção ainda é bastante rudimentar e artesanal, o que corrobora para o discurso governamental de modernização do campo. E neste sentido, Silva (2017), faz esse alerta, por considerar que o capitalismo hegemônico desenfreado, não prima pelos valores sociais e ambientais, em virtude da exploração e degradação da mão-de-obra e dos recursos naturais da Amazônia.

A sazonalidade dos rios é uma espécie de calendário natural para o povo camponês. O ciclo de trabalho começa com a chegada do verão amazônico, compreendendo os meses de julho à outubro. Ao longo desse período os sujeitos aproveitam para fazer o roçado, que é realizado por etapas, conforme o quadro à seguir:

Quadro 01: Cronograma anual de preparação do roçado

CONDIÇÕES DO CLIMA	MOVIMENTO CÍCLICO DAS ÁGUAS	ATIVIDADE
Verão Amazônico Julho a Outubro	Vazante/seca	Roçagem, derrubada e secagem, Queimada, coivara ⁴ e plantação
Inverno Amazônico Novembro à Junho	Enchente/cheia	Capina de cerrado e limpeza

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base em Borges e Mourão (2014).

⁴ A coivara é a atividade do homem do campo que consiste em juntar os galhos que sobraram da primeira queimada, para novamente transformá-los em fogueira separada, para limpeza do terreno e assim facilitar o plantio.

1.3 As Concepções da Educação do Campo

Do ponto de vista sócio econômico e cultural, o nível de instrução e o acesso à educação dos camponeses que residem na zona rural são importantes indicadores de desigualdades sociais entre os contextos rurais e urbanos. Vale ressaltar que o atraso escolar configura-se cruel e discriminador, onde os indicadores de acesso à escola nem sempre retratam a dinâmica da permanência em sala de aula, nem a garantia na qualidade no ensino oferecido.

Diante esse quadro, o movimento por uma Educação do Campo busca por mudanças, as quais perpassam pela necessidade de formação do professor. Aliás, entendemos que a formação de professores seja “a principal sustentação desse processo, pois são os docentes os que melhor poderiam e podem contribuir para que essas mudanças ocorram a partir do espaço de sala de aula” (Ghedin, 2003, p. 85).

Inclusive, um dos grandes problemas dos cursos de formação de professores ainda está relacionado às questões de aliar a teoria à prática pedagógica, pois os cursos de formação não preparam o profissional para o ambiente ao qual este será encaminhado. “A solução dada a cada curso varia de acordo com o Projeto Político Pedagógico específico, porém em geral as licenciaturas têm procurado se adequar em maior ou menor grau ao encurtamento entre o normativo e o vivido” (Trevisan, 2011. p.198).

A Pedagogia enquanto ciência da educação tem se esforçado no sentido de formar professores reflexivos adequando seu Projeto Político Pedagógico no sentido de dar a esse profissional todo o suporte necessário articulando teoria e prática para que este desenvolva seu trabalho com eficiência e eficácia nos mais diversos contextos regionais, como é o caso do contexto amazônico.

A discussão quanto à qualidade da formação de professores para atuação no campo tem sido uma preocupação para renomados teóricos. Silva (2017) em seu estudo sobre à formação de professores afirma que:

Durante o percurso formativo, há necessidade de os professores se apropriarem dos fundamentos filosóficos, sociológicos, políticos, econômicos, antropológicos, ou seja, dos fundamentos da abordagem histórica dialética, como forma de oportunizá-los a uma formação crítica, que os ajudem a superar a visão restrita dos limites e potenciais de sua ação educativa.

A autora nos ensina que é preciso uma formação integral para o professor, para que este tenha condições de superar, a educação rural que historicamente foi implementada no

território nacional a qual esta, demonstrou-se muito inconsistente e carregada de contradições, revelando pouca atenção à educação dos sujeitos que vivem e dependem do campo.

Contrária a essa concepção depreciativa de Educação do Campo, Ghedin (2016, p. 13) esclarece que “nasce das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, por direito público, contrapondo-se à educação rural, oferecida pelo sistema administrativo da educação brasileira ao longo da história”. Esta é a bandeira de luta, empunhada pelos movimentos sociais, com objetivo de transformações na educação direcionada ao campo.

A educação produzida e transplantada da cidade e implantada no Campo, concebe o espaço urbano com o ideário de lugar civilizado e desenvolvido, visto como lugar de excelência pela sociedade, concebendo uma imagem secundária, depreciativa e de atraso ao ambiente natural campesino, cujo sujeito pertencente ao campesinato, não ver-se representado socialmente nem culturalmente, este argumento pode ser observado no discurso de Arroyo (2007, p. 158)

Há uma idealização da cidade como o espaço civilizatório por excelência, de convívio, sociabilidade e socialização, da expressão da dinâmica política, cultural e educativa. A essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural. Essas imagens que se complementam inspiram as políticas públicas, educativas e escolares e inspiram a maior parte dos textos legais. O paradigma urbano é a inspiração do direito à educação.

São grandes os descontentamentos populares no cenário educacional brasileiro nos últimos anos, o que tem provocado uma série de reivindicações protagonizadas pelos movimentos sociais organizados por uma Educação do Campo que considere relevante as lutas e anseios por reforma agrária, principalmente uma educação que valorize a vivência, a experiência, a identidade e a cultura dos povos do campo, o que segundo Hage (2005) se materializou na sociedade, a partir da I Conferência Por Uma Educação do Campo.

Assim, a proposta da Educação do Campo nasce com a intencionalidade de promover mudanças no contexto educacional, transformações que realmente atendam as especificidades e considere o modo de vida dos sujeitos que vivem e dependem do campo para sua existência.

Caldart (2012) afirma que o decreto nº 7.352/2010 institui a Política Nacional de Educação do Campo, conquistadas a partir da luta dos movimentos sociais e refere-se sobre os marcos legais que embasam as Escolas do Campo. Diante desse quadro os movimentos sociais organizados se colocam na vanguarda por uma luta pela qualidade de vida sustentável, que inclui políticas públicas de educação que garantam a permanência do homem no seu meio social. Ainda sobre a importância da luta pelos direitos, Ghedin (2013, p. 144) nos ensina que

A Educação do Campo representa uma nova concepção de educação. Esse paradigma se faz notar principalmente nas lutas sociais na classe trabalhadora do campo por políticas públicas estruturadoras de desenvolvimento sustentável, como reforma agrária, a expansão e fortalecimento da agricultura camponesa, capacitação e formação profissional, saúde e educação integral e pública.

De acordo com Ghedin (2013), o protagonismo dos movimentos sociais tem sido essencial nas lutas por melhorias, concebendo o campo como um espaço de vida e de valores culturais e humanos. Em posse do conhecimento o sujeito teria condições de transformar-se a si mesmo e seu mundo circundante.

Esta concepção de educação inspirada e fundamentada segundo Ghedin (2016) pela via da Tradição do Pensamento Socialista, observada também na Pedagogia do Oprimido e na Pedagogia do Movimento Popular emanada por Paulo Freire, tem por finalidade desenvolver o sujeito integral dentro de sua perspectiva, ou seja, considerando seus valores, saberes e modo de produzir a vida.

1.4 Os desafios do trabalho pedagógico em Escolas do Campo

É preciso conhecer o contexto e a realidade dos camponeses que vivem na Amazônia, para entendermos os desafios educacionais de ensino e aprendizagem enfrentados por educadores e por alunos da Escola do Campo, pois para muitas crianças esse direito ainda é negado quando as políticas públicas de apoio à base familiar são insuficientes para a sua manutenção econômica.

Nessa perspectiva, Silva (2017, p. 46) demonstra inquietação quanto a garantia de direitos destes sujeitos à educação e argumenta que “a lei é clara quanto à obrigatoriedade da criança com idade escolar estar na sala de aula, mas na realidade esse direito continua sendo negado para grande parte da população que trabalha e vive no campo”.

A complexidade territorial amazônica e a escassez de políticas públicas tornam as tentativas governamentais de melhorar a Educação do Campo ainda mais desafiadoras, isto porque ainda existe “essa lógica de pensar a formação dos sujeitos do campo é igual a formação dos sujeito urbanos, como se não tivesse diferenças geográficas, sociais, econômicas, políticas e principalmente de classes” (Ghedin, 2016, p. 14).

As contradições tornam o fazer pedagógico um desafio para muitos professores, muito se tem feito em benefício da educação, mas ainda há muito que se fazer. A descontinuidade da vida educacional e a falta de incentivos educacionais que marcam os

sujeitos camponeses e, os caracterizam com um baixo grau de escolarização. Isso leva as crianças à inserção precoce no processo produtivo, sem que esta seja estimulada a dedicar-se inteiramente à educação, o que pode ocasionar problemas com o rendimento escolar. Além do mais, não se pode desconsiderar que a escola pública “prepara alguns para o trabalho intelectual e muitos para o trabalho manual, garantindo no seu cotidiano as desigualdades sociais como naturais” (Ghedin, 2016, p. 36).

A sociedade é organizada com uma estrutura de relação de poder, onde a dominação das camadas mais pobres corrobora para a existência de sujeitos acríticos. Daí a necessidade de luta por uma Escola do Campo para atender a realidade de seus sujeitos. Aliás,

A luta pela escola do campo, para atender a sua realidade vem de muito tempo com algumas experiências desenvolvidas nos próprios Movimentos Sociais, especialmente nos Movimentos Populares, por reconhecer que os sujeitos do campo também são detentores de conhecimentos historicamente produzidos por seus antepassados. (Ghedin, 2016, p. 17)

Os estudos realizados por Silva (2017) tratam com propriedade das vivências dos sujeitos com características regionais semelhantes aos do nosso objeto de pesquisa, onde a educação articula-se conjuntamente com o trabalho diário dos camponeses e muitas vezes das próprias crianças nas atividades do sustento familiar.

A intenção deste trabalho foi refletir e questionar o quanto o trabalho na agricultura familiar e o trabalho pedagógico educativo merecem atenção em vista ao desenvolvimento do aluno e sua formação social, considerando que o trabalho é inerente ao ser humano, afinal, desde muito cedo aprendemos que é por meio do trabalho que o indivíduo sobrevive, mas isso desde que não prejudique as atividades educativas na escola.

O fato de as crianças em idade escolar estarem inseridas no trabalho na agricultura familiar pode refletir no seu desenvolvimento intelectual, pois na maioria das vezes estes não têm recebido atenção adequada dos pais e/ou responsáveis nas atividades relacionadas à escola, atividade que auxilia o trabalho educativo do professor.

Assim, atividades escolares repassadas para serem realizadas em casa ficam comprometidas, seja pelo baixo grau de escolaridade de seus pais, seja pela falta da atenção adequada dos pais na vida escolar de seus filhos, considerando que o foco da família está mais no trabalho da agricultura do que no trabalho pedagógico educativo. E isso pode acarretar em prejuízos no aprendizado da criança, pois somente o esforço do professor não é suficiente para o desenvolvimento do aluno.

Outro fator que afeta negativamente a Educação do Campo é a precariedade da maioria das escolas, para as quais falta estrutura mínima a seu funcionamento adequado, de modo que as salas não possuem uma ventilação adequada e a iluminação não é apropriada, além de ausência ou péssimas condições de moradia para os professores.

Tais situações podem influenciar no desenvolvimento cognitivo e intelectual das crianças, levando em consideração os diversos fatores que envolvem o contexto social local. Como sabemos somos diferentes uns dos outros, nenhuma criança é igual à outra, ou estão equiparadas socialmente, umas aprendem rápido e com facilidade, mas outras dependem de atenção especial para um aprendizado efetivo. A esse respeito, Hage (2005, p. 48) destaca que:

De fato, estudar nessas condições desfavoráveis, não estimula os professores e os estudantes a permanecer na escola, ou sentir orgulho de estudar em sua própria comunidade, fortalecendo ainda mais o estigma da escolarização empobrecida que tem sido ofertada no meio rural, e incentivando as populações do campo a buscar alternativas de estudar na cidade, como solução dos problemas enfrentados.

O sistema educacional brasileiro agrava ainda mais o problema, quando não consegue resolver o déficit intelectual que se acentua progressivamente de uma série para outra, quando os alunos vão sendo aprovados sem estarem preparados para avançar para outras séries. O problema afeta diretamente no avanço para as séries posteriores, além de causar prejuízos futuros nas diversas situações que exigem um cabedal intelectual mais elevado, seja para concorrer ao mercado de trabalho, seja para cursar o ensino superior.

Os saberes populares são predominantes e estão enraizados nas comunidades camponesas, é possível perceber a riqueza cultural dos sujeitos, que as utilizam para fazerem sua leitura de mundo. Isto porque os saberes estão presentes nas narrativas passadas de geração a geração e ajudam a entender o seu mundo circundante. Aliás, nunca é demais lembrar como nos ensina Luckesi (2012, p. 90) “a meditação filosófica não será privilégio de escolarizados ou profissionais da filosofia. Todos, tanto escolarizados quanto os iletrados, todos poderão e deverão exercitar a reflexão filosófica”.

Tal situação nos ajuda a entender o quanto que os saberes apreendidos têm fundamentação na vivência cotidiana dos sujeitos. Quanto a isso Souza (2015) afirma que esses saberes podem ser observados nos mais diversos contextos em que esteja inserido o sujeito. Assim como os sentidos que são desenvolvidos no seu grau máximo, a exemplo, quando o pescador está no lago para a pesca, sua audição se concentra nos mais diferentes sons, é pelo som da batida da cauda do peixe que ele identifica qual é a espécie do pescado.

Da mesma forma na mata durante uma caçada, seu olhar atento, seu ouvido aguçado, lhe ajuda a identificar qual o tipo de caça e sua possível localização na mata, e num reflexo de quem está acostumado a seguir sua intuição, ele consegue abater a caça em um tiro certo. São saberes trazidos por grupos sociais considerados irrelevantes pela ciência, mas que permeiam e orientam o cotidiano camponês.

Esses saberes são tão peculiares e necessários à vida no campo, mas, são negligenciados pela escola. Sobre essa questão, Hage (2005, p. 178) nos ensina que:

No campo da região amazônica, saberes, identidades culturais, temporalidades e espacialidades/territorialidades histórico-culturais de populações indígenas, afrodescendentes, ribeirinhas, camponesas, assentadas etc; são marginalizadas e excluídas pelo paradigma racionalista da modernidade, que impõe uma temporalidade e territorialidade eurocêntrica, veiculada, ideologicamente pela matriz do modelo seriado urbanocêntrico, por meio de seu currículo disciplinar, sustentado como uno, neutro, universal e natural no imaginário social (neo) colonial.

E diante desta constatação, o papel da escola é crucial em promover um conhecimento abrangente aos alunos, por meio dos livros didáticos e sua devida contextualização. E isso a partir da importante mediação do professor, na busca de um diálogo permanente entre os saberes escolares e os saberes populares apreendidos e passados de geração a geração, onde se percebe uma forte característica no jeito de ser, de agir e de falar do camponês.

Cabe enfatizar que a Amazônia é um campo magnífico de saberes, onde homens, mulheres e crianças aprendem na prática e no convívio com os demais, ouvindo histórias dos mais velhos, conhecimentos que se materializam no cotidiano camponês. E esse conhecimento precisa ser valorizado e entendido como conhecimento válido, pois faz parte da vida dos povos do campo.

Portanto, faz-se necessário conhecer as especificidades de cada território de modo que o professor encontre subsídios que o ajude a desenvolver seu trabalho satisfatoriamente. A práxis docente nesse caso precisa ser contextualizada com a realidade local, levando em consideração os saberes predominantes entre os sujeitos aprendentes.

Conforme exposto, são infinitas as possibilidades para potencializar os recursos e paisagens naturais, os quais podem ser utilizados didaticamente na escola, de forma a oferecer um ensino contextualizado e uma formação humana, considerando e valorizando as concepções preconizadas pelo movimento Por Uma Educação do Campo. Aliás, esta é uma condição necessária e, como nos ensina Molina (2004, p. 18), é “a possibilidade efetiva de os

camponeses assumirem a condição de sujeitos de seu próprio projeto educativo; de aprenderem a pensar seu trabalho, seu lugar, seu país e sua educação”.

E diante deste desafio, o compromisso ético e político, aliados aos conhecimentos teórico-epistemológicos e metodológicos e à criatividade do professor corroboram para que a tão almejada interdisciplinaridade aconteça, utilizando-se de recursos naturais, como: as margens do rio, os objetos encontrados na natureza, os produtos, a própria comunidade e etc, os quais podem servir como interessantes estratégias interdisciplinares para trabalhar os conteúdos curriculares da Geografia, História, Ciências, Matemática, Artes, Língua Portuguesa, dentre outras áreas do conhecimento.

Portanto, ao professor cabe conhecer e se apropriar dos recursos para desenvolver uma metodologia que faça uma simbiose dos conhecimentos científicos e os saberes tradicionais como elementos fundamentais para o ensino, possibilitando o aprimoramento de suas habilidades, fazendo-os protagonistas da ação, juntamente com seus alunos.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

Compreende-se a metodologia como um processo fundamental de orientação para o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica. Por isso, é necessário observar atentamente as condições de escolha metodológica, para que esta atenda aos critérios adotados pelo pesquisador. Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, com abordagem dialética, pois, segundo Trevisan (2011, p. 201) afirma que “na metodologia qualitativa a compreensão do fenômeno ocorre de maneira indutiva, num contexto em que a busca de dados não se dá em função da confirmação ou não de uma hipótese a priori”.

Assim, por meio da pesquisa qualitativa, a qual assume um caráter interpretativo dos significados do círculo de convivência das pessoas, buscou-se compreender a realidade, a maneira de agir e pensar dos sujeitos camponeses, realidade esta a qual se encontra em constantes mudanças, pela dinamicidade que os sujeitos processam os conhecimentos produzidos no âmbito escolar e como isso se traduz na sua maneira de interpretar o mundo de forma global.

Partimos da concepção de que para a ciência não existe verdade absoluta, existem visões e teorias sobre o mundo que se diferenciam e o homem em inquietude busca avanços para o conhecimento. Neste sentido, assumimos o método de análise do materialismo histórico dialético, por compreender que os conhecimentos ali existentes podem ser identificados, analisados e validados pelo processo investigativo.

Na concepção de Borges e Dalberio (2007, p. 10) “o processo dialético impulsiona o desenvolvimento da ideia absoluta pela sucessão de momentos de afirmação (tese) e negação (antítese), e a negação da negação (síntese)” esta, pois, analisa partes da realidade em constante relação com a totalidade.

A dialética pode ser entendida por uma perspectiva que enxerga a sociedade e os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos de cada sujeito e se materializa dentro da sociedade, em um processo histórico. Ao adotarmos a abordagem dialética, consideramos importante trazer os argumentos apresentados por Frigotto (2001, p. 73) destaque do autor, quando esclarece que

a dialética, para ser materialista e histórica, não pode constituir-se numa ‘doutrina’ ou numa espécie de suma teológica. Não se pode constituir numa camisa de força fundada sob categorias gerais não-historicizadas. Para ser materialista e histórica tem de dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isto implica dizer que as categorias totalidade,

contradição, mediação, alienação não são apriorísticas, mas construídas historicamente.

Quanto ao tipo de procedimento, utilizamos a Pesquisa bibliográfica, Pesquisa de Campo e Pesquisa Participante. Concernente às pesquisas bibliográfica, segundo Severino (2017, p. 147) “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc”. Isto porque sentíamos a necessidade de compreender elementos teóricos sobre a Escola do Campo.

No que trata a pesquisa de campo, Severino (2017, p. 148) esclarece que: “Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”. Neste sentido, buscamos articular a temática num diálogo coerente entre o cientificismo e os saberes tradicionais dos camponeses presentes no contexto da Escola do Campo, visando responder as indagações.

Além disso, realizamos a pesquisa de caráter participante, onde participamos e vivenciamos o cotidiano da comunidade, incorporando na prática os afazeres protagonizados pelos sujeitos da pesquisa. Severino (2017, p. 143) explica que a pesquisa participante “é aquela que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades”. A participação conjunta nas atividades nos permitiu compreender o sujeito em sua essência, traduzida na sua forma de viver e enxergar o mundo.

Utilizamos ainda da estratégia metodológica de articulação de nossa história de vida, por considerarmos que o início de nossa trajetória educacional carrega elementos que contribuem para melhor compreensão do tema, isto porque nossa trajetória assemelha-se com as histórias vivenciadas por outros sujeitos da comunidade.

Outra estratégia metodológica considerada importante de coleta de dados para este trabalho foi a roda de conversa, um instrumento de diálogo bastante utilizado por movimentos sociais da Educação do Campo. E como esclarecem Ribeiro, Souza e Sampaio (2018, p. 77), as rodas de conversa valorizam

o cotidiano e aquilo que nele se produz e tece, entendendo a partilha de conhecimentos e reflexões, por meio das narrativas e rodas de conversas, como processos coletivos de aprendizagem, baseado na solidariedade entre os diferentes sujeitos na produção e socialização de conhecimentos e práticas.

Sendo assim, as rodas de conversa possibilitam um diálogo informal descontraído com os sujeitos da pesquisa e demais atores sociais, e assim podem esclarecer pontos e trazer informações necessárias que contribuam para o resultado.

Para tanto, com as devidas autorizações fizemos a observação direta, acompanhando o processo cotidiano dos sujeitos, buscando compreender a relação com o fenômeno pesquisado, tendo em vista que a observação direta “permite acesso aos fenômenos estudados. É etapa imprescindível em qualquer tipo de modalidade de pesquisa” (Severino, 2017, p. 150). Ao acompanharmos de perto as atividades e os movimentos relativos à pesquisa, foi possível um entendimento holístico do objeto de pesquisa.

Inicialmente os sujeitos da pesquisa compreendiam um universo de (nove) 09 alunos da Escola Municipal São Pedro, cujas famílias desenvolvem o trabalho agrícola familiar, como atividade econômica ativa, mas pela dinamicidade e rotatividade das famílias camponesas, e pelas migrações, esse quantitativo foi alterado para 03 (três) núcleos familiares e pela necessidade da pesquisa participaram ainda 02 (dois) professores.

A escolha para os sujeitos da pesquisa levou em consideração os sujeitos que têm ligação direta ou indireta com os trabalhos agrícolas familiares na Comunidade São Pedro do Marajó, cujos filhos estão matriculados no 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I da Escola Municipal São Pedro. Quanto ao *locus* da pesquisa este foi definido por comungarmos das vivências desta comunidade camponesa, e ela fazer parte da etapa inicial de nossa trajetória de formação escolar, tratando-se de um território onde a relação trabalho agrícola familiar e trabalho educativo são constantes na vivência dos estudantes.

E para a garantia quanto aos aspectos éticos da pesquisa envolvendo os sujeitos, procuramos manter o anonimato dos sujeitos investigados, tratando-os com nomes fictícios. Assim disponibilizamos os Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e termos de Assentimento fornecido pela Instituição de Ensino a qual o pesquisador está vinculado, os quais foram devidamente assinados pelos responsáveis, a fim de evitarmos quaisquer tipos de constrangimentos futuros.

2.1 Contextualização do *locus* da pesquisa

O ponto de partida deste estudo se deu pela contextualização amazônica, como uma magnífica e complexa formação territorial que abrange boa parte da América do sul, abrigando a maior floresta equatorial do planeta, conhecida como Floresta Amazônica, e possui uma rica biodiversidade fauna e flora, importante para o equilíbrio ambiental climático

mundial. Além de ser considerada com grande potencial de exploração de recursos naturais, minerais e florestais para indústrias de móveis, farmacêutica e de cosméticos entre outros.

De acordo com o Senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021) a Amazônia possui a maior bacia hidrográfica do mundo, representando uma potencialidade em recursos hídricos e pescado. Os rios são verdadeiras estradas, que além de transportarem sedimentos, também possibilitam a navegação de embarcações de pequeno, médio e grande porte, transportando passageiros e mercadorias.

Por sua vez, o Estado do Amazonas conhecido por suas grandes dimensões geográficas, sendo um dos maiores estados brasileiros. Souza (2009) afirma que seu povo é formado por uma mistura de raças mesclando negros, brancos e indígena, assim como, nordestinos, europeus, judeus sírios libaneses, italianos e até orientais também fizeram história por aqui. Cada grupo deu sua contribuição para a formação social e cultural do estado, potencializando seu desenvolvimento.

O território do Estado do Amazonas é composto por sessenta e dois municípios, distribuídos por nove microrregiões, onde a capital Manaus é a que mais se destaca devido à importância de seu Parque Industrial que concentra grandioso volume de investimentos público e privado de forma que “a capital do Estado do Amazonas, concentra 81,6% da economia, cuja base advém da indústria e do extrativismo, destacando-se, sobretudo, na área de eletroeletrônicos, petróleo e gás natural e automobilístico” (Silva, 2017, p. 42).

Entretanto, os benefícios econômicos e sociais da Zona Franca constituem em uma grande contradição pelo porte do Pólo Industrial e áreas centrais desenvolvidos economicamente, de outro lado a cidade viu crescer as regiões periféricas onde estão concentradas a camada mais pobre da sociedade manauara. Ennio Candotti (2015, p. 221) em entrevista à Revista Terceira Margem Amazônia aponta aspectos relevantes desse contraste.

Não podemos correr o risco de ver o Produto Interno Bruto (PIB) crescer, mas ao mesmo tempo ver uma camada da população ficar cada vez mais rica e uma camada cada vez mais pobre. Manaus é um exemplo de cidade que explodiu com ganhos obtidos graças aos incentivos fiscais da Zona Franca, mas a cidade não tem esgoto, água, estradas, a iluminação é precária, não tem calçadas, e até a arborização é escassa.

Essa realidade pode ser percebida também entre os municípios do interior. Parintins se destaca, por ser uma cidade pólo, sendo referência nas áreas do comércio, educação, saúde, turismo, agricultura e extrativismo. Essas características da economia local contribuem para o crescimento populacional, modificando ao longo dos anos a geografia espacial da cidade.

O município de Parintins pertence à microrregião do baixo Amazonas, sendo que “fazem parte deste território 07 municípios: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará” (Silva, 2017, p. 42). Localizado à leste do Estado do Amazonas, faz fronteira com o estado do Pará, situado à margem direita do Rio Amazonas, distante cerca de 369 km em linha reta da capital Manaus. A sede está assentada sobre a Ilha de Tupinambarana e seu entorno é composto por um arquipélago de pequenas ilhas. Distribuída por toda sua área geográfica estão localizadas centenas de pequenos povoados denominados de comunidades rurais.

Geograficamente o município apresenta dois aspectos territoriais distintos. Formações de várzea, cuja característica é a abundante e diversificada fauna e flora, com vegetação adaptada às regiões alagadas, onde o ciclo das águas fertiliza as esperanças de fartura do camponês, sobre esse aspecto, Witkoski (2010, p. 112) diz que os rios

carregam em suas águas apreciáveis quantidades de sedimentos, no fluxo de enchente/cheia e, quando voltam ao seu leito natural, deixam detritos minerais e orgânicos depositados sobre a planície em inundação, dando grande fertilidade e valor para a produção intensiva de alimentos.

Essa abundante fertilização deixada pelo movimento dos rios faz com que a vida do varzeano, seja um eterno recomeçar, isso porque a descida das águas o faz volta a vislumbrar a dialética da vida, recomeçando tudo o que a água o interrompeu de realizar. E por sua vez a terra firme formada por terrenos acidentados, onde o movimento de subida e descida das águas produz fenômenos que geram mudanças na vida dos sujeitos camponeses.

A presença humana compõe o cenário deslumbrante das terras amazônicas, pois não existe paisagem intocada nessa imensidão, e sobre este aspecto Witkoski (2010, p. 111) nos ensina que “por mais intocada que supostamente seja uma paisagem natural, somente o fato de a observarmos faz com que ela deixe de ser uma paisagem natural para ser humanizada, ainda que, nesse momento simplesmente pelo olho que a vê”.

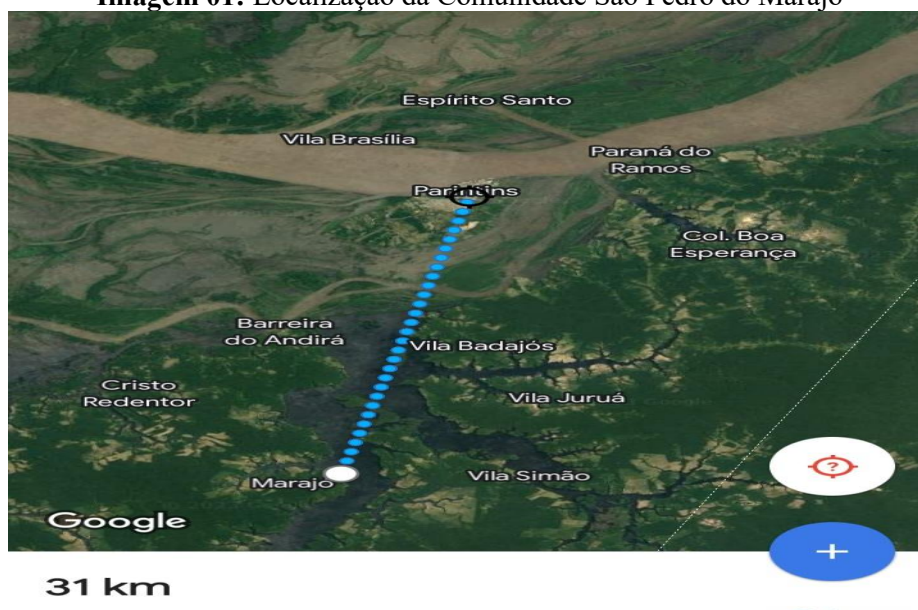
Sendo assim, a paisagem natural intocada, torna-se humanizada pela simples presença humana, convivendo nestes territórios e aí são formadas as denominadas comunidades rurais, como é o caso da Comunidade São Pedro do Marajó.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Comunidade São Pedro do Marajó, localização e identidade sócio-cultural

A Comunidade São Pedro do Marajó está localizada à margem direita do Rio Uaicurapá, limitando-se ao norte com a Comunidade de São Gabriel (Peixe Marinho), à leste com à margem esquerda do rio, ao sul com a comunidade Nossa Senhora Aparecida do Cajual e à oeste com a Comunidade Santo André. Distante cerca de 31 km em linha reta da sede do município. O acesso é possível apenas pela via fluvial, cuja viagem da cidade de Parintins até a localidade dura em média três horas de barco regional de 45hp. Trata-se de uma das primeiras comunidades do rio Uaicurapá, com passagem obrigatória dos que navegam por este rio, movimentados por embarcações de pequeno e médio porte.

Imagem 01: Localização da Comunidade São Pedro do Marajó



Fonte: Google Maps, 2023

No que diz respeito à transporte, a comunidade é atendida por quatro embarcações de recreio⁵. A passagem custa em média (30) trinta reais por pessoa e para as comunidades mais longínquas o preço torna-se mais elevado. No trecho do rio Uaicurapá, que compreende a Comunidade de Santo Expedito, existe uma confluência dos rios Uaicurapá, Jac e Jar, o qual demanda atendimento específico no itinerário das embarcações, demonstrado no quadro abaixo:

⁵ Embarcações de serviços de transporte que atendem a região, fazendo viagens semanais levando encomendas, cargas e passageiros.

Quadro 02: Relação das embarcações que atendem a região

SEQ	EMBARCAÇÃO	RIO	COMUNIDADES ATENDIDAS
01	B/M Proteção Divina	Uaicurapá	Área indígena Saterê Mawé, São Pedro
02	B/M Príncipe Soares		Paraíso e São Tomé
03	B/M João Gular	Jacú	Filadélfia, Mangueirão e São João
04	B/M 6 de Novembro	Jará	São Sebastião e Canarinho

Fonte: Elaborado pelo Pesquisador, 2023.

Quanto à **história de fundação da comunidade**, as informações contidas neste estudo foram coletadas por meio de uma roda de conversa com os moradores, sobretudo, os mais velhos, cujas narrativas nos ajudaram a recontar essa história. Isso porque, conforme Teixeira (2015, p, 1):

Pesquisar comunidade rural na Amazônia é se deparar com obstáculos, é um exercício de uso de outras fontes que não sejam escritas, pois a maioria delas necessitam de fontes documentais que impossibilitam tal pesquisa, em outros casos os documentos escritos só mostram uma visão da história, constituída da visão que os religiosos deixaram.

A assertiva de Teixeira (2015) é pertinente, pois, os dados escritos que encontramos sobre a comunidade encontra-se em Cérqua (2009), primeiro bispo da cidade de Parintins. Conforme Cérqua (2009), a Comunidade São Pedro do Marajó surgiu pela necessidade de a Prelazia de Parintins organizar sua atuação no município, o que aconteceu principalmente pela ação de entidades religiosas, como a Congregação Mariana.

Um grande número dessas comunidades, particularmente nos primeiros anos, nasceu como Congregações Marianas de homens, com capelas para culto e reuniões formativas. No entanto, ao redor de cada capela, não demoraram a surgir escola, campo de jogo, cantina comunitária, etc. Tudo em terreno doado ou vendido à Prelazia.

Dona Zenilda Gama, aposentada, 68 anos, uma das lideranças da comunidade nos relatou que o terreno para a construção da igreja na comunidade foi doado pelo senhor Francisco Nascimento em setembro de 1966 e no dia 26 de setembro do mesmo ano a comunidade foi inaugurada oficialmente. Este relato coincide com a descrição feita por Cérqua, segundo o qual “A data de fundação em geral marca o reconhecimento oficial da comunidade, que quase sempre coincidiu com a capela pelo menos provisória” (Cérqua, 2009, p. 154)

Institucionalizada a igreja, o presidente da comunidade com apoio dos comunitários reivindicaram junto ao prefeito da época, a construção de uma escola na própria comunidade para atender seus filhos, como relembrou o senhor Renato de Souza Gonçalves, aposentado, de 65 anos.

Imagem 02: Espaço físico territorial da comunidade



Fonte: Imaflora - Programa Olhos da Floresta, 2022

E em 1986, a comunidade foi contemplada com uma escola em alvenaria inaugurada pelo prefeito Gláucio Bentes Gonçalves, com duas salas de aula e uma cantina, atendendo alunos da 1ª a 4ª série.

Atualmente, pouca coisa mudou em relação à estrutura física da escola, porém, no que se trata ao seu funcionamento, atende estudantes desde a educação infantil até ao Ensino Médio Mediado pelas Tecnologias, sendo que devido ao fato de a escola ter somente duas salas de aula, uma das turmas do Ensino Médio funciona no prédio da igreja.

A comunidade sempre foi destaque na produção da agricultura familiar sendo referência socioeconômica, cultural e religiosa. As famílias que viviam dispersas em áreas circunvizinhas passaram a residir no centro comunitário, utilizando seus terrenos apenas para o trabalho na agricultura familiar. Atualmente há 32 famílias no cadastro da comunidade, das quais 20 delas residem no centro comunitário e 12 permanecem nos territórios circunvizinhos, totalizando cerca de (100) cem pessoas.

A coordenação da comunidade se constitui com indicação dos próprios comunitários. Tratando-se de uma administração eclesial, cuja função maior é cuidar da ação evangelizadora na comunidade, porém, o cargo exige outras atribuições administrativas, como a busca por melhorias infraestruturais junto aos órgãos públicos municipais, a exemplo da luta pela construção de um posto de saúde na comunidade, ou pelo menos a implantação do serviço de

remoção rápida na comunidade, via ambulanchas⁶, para pacientes que precisam se deslocar para a cidade em busca de tratamento hospitalar, considerando que na ausência destes serviços precisam se deslocar para outra comunidade, que cabe destacar fica bem distante.

No que se refere ao abastecimento de água para as residências, este é possível por meio de uma rede de poço artesiano instalado desde 2012. Com a instalação do poço, este foi interligado à rede do gerador de energia da comunidade, pois até aquele momento não havia sido implantado o programa do Governo Federal “Luz para Todos” que leva energia para a comunidade camponesas da região, o que só ocorreu ao final do ano de 2016.

Quanto ao lazer, o futebol é a prática esportiva mais comum entre os comunitários, que se reúnem diariamente após o trabalho para participar deste momento de diversão. Inclusive, na comunidade há dois clubes de futebol, como o São Pedro Esporte Clube e Marajoense Esporte Clube, masculino e feminino respectivamente.

No aspecto cultural, a comunidade apresentava duas manifestações culturais significativas. Sendo que no passado as famílias participavam ativamente da brincadeira da pastorinha⁷, para celebrar o período natalino, que culminava com a queima das palhas do presépio no dia de Reis, mas aos poucos esta manifestação foi se perdendo, hoje restam as memórias dessa brincadeira.

A cultura do boi bumbá contagiava os sujeitos da localidade produzindo belíssimas apresentações, sendo muito representativa para a identidade cultural da comunidade. Herdada e incentivada pelos mais idosos, reunia um grande número de pessoas, não havia disputa, somente a apresentação. Os próprios brincantes confeccionavam seus instrumentos e suas fantasias, uma evocação ao tradicionalismo cultural local.

Quanto aos aspectos tecnológicos de comunicação, a comunidade recebe cobertura parcial do sinal da torre de telefonia móvel, constantemente intermitente por se tratar de uma comunidade longínqua, tal situação prejudica a comunicação de voz e transmissão de dados. Porém, os avanços tecnológicos possibilitaram a difusão de pacotes de internet via satélite, a qual atende a comunidade melhorando a qualidade nesse aspecto.

As novas tecnologias e o acesso à produtos industrializados na comunidade tem modificado os hábitos dos sujeitos que adotam um modo de vida característico da sociedade capitalista, uma vez que os sujeitos camponeses não estão alheio a ele. O exemplo da

⁶ Serviço municipal de saúde que utiliza lanchas adaptadas para transporte e remoção de pacientes em estado grave, ou seja, Ambulância dos rios.

⁷ Dança regional de cunho religioso, realizado no mês de dezembro, que mistura canto, bailado, versos, e reúne várias brincantes para celebrar o nascimento de Jesus o Salvador.

televisão, que substituiu as conversas em grupo, e ocupam o tempo livre. O celular por sua vez inibiu as brincadeiras coletivas, inclusive, mudaram os hábitos alimentares, isto porque, “a entrada de novos produtos nestes mercados, principalmente os derivados da agroindústria brasileira, está relacionada com a introdução de novas tecnologias de transporte e comunicação, que encurtam o tempo e as distâncias, e a cada novidade, seja um barco com motor mais potente ‘lanchas à jato’, seja a ampliação do serviço de telefonia celular” (Schor, 2015, p. 97).

Diante dessas transformações tecnológicas, os camponeses que no passado consumiam produtos naturais oriundos da floresta, reduziram o consumo, e passaram a consumir cada vez mais produtos industrializados, como: frango congelado, calabresa, salsicha, enlatados, refrigerante, biscoitos, pão e etc.

Ainda assim, trata-se de uma comunidade fortemente marcada pela ação de famílias na prática da agricultura familiar. E por sermos oriundos desse contexto que emergiu o interesse por este tema de pesquisa, isto porque o trabalho educativo articulado ao trabalho agrícola nos possibilitou diversas aprendizagens e refletiu em nossa formação acadêmica, política e social.

A aproximação do *lócus* da pesquisa ocorreu no período de 01 de abril a 10 de junho de 2023 e a tabulação dos dados ocorreram no mês de julho à agosto do mesmo ano. Para a coleta de informações nos utilizamos dos seguintes instrumentos de coleta de dados: entrevista, questionário, roda de conversas, diálogos informais, registros audiovisuais e anotações no caderno de campo, os quais serviram de base para a análise deste estudo.

Participaram como sujeitos desta investigação 03 (três) núcleos familiares que trabalham na agricultura familiar e possuem filhos estudando do 1º ao 5º ano na Escola São Pedro. Também fizeram parte desta pesquisa 02 (dois) professores, dos quais uma tem formação em Pedagogia, atua em uma turma com estudantes da Educação Infantil e 1º e 2º ano das séries iniciais e um professor formado em Química, o qual trabalha em uma turma com estudantes do 3º ao 5º ano.

Nossa inquietação central consistiu em analisar a relação entre o trabalho educativo e o trabalho da agricultura familiar, para conhecer os desafios e as possibilidades vivenciados pelas crianças em meio ao desenvolvimento de suas atividades no trabalho educativo na agricultura familiar e em seu processo de ensino aprendizagem no 1º ao 5º ano em uma classe multisseriada.

Para a identificação dos sujeitos deste estudo, tanto para os núcleos familiares quanto aos professores, adotamos nomes fictícios relacionando-os com nomes de aves típicas da

região, como uma “forma de resguardar a identificação dos mesmos e valorizá-los enquanto sujeitos sociais importantes na educação que se processa nestes territórios” (Silva, 2017, p. 23).

Quadro 03: Relação dos pais/responsáveis, das crianças e os professores com nomes fictícios.

PAIS/RESPONSÁVEIS	IDADE/ANOS	CRIANÇA	IDADE/ANOS	GÊNERO
Pai	28	Andorinha	7	Masculino
Mãe	28			
Mãe	49	Maçarico	9	Masculino
Mãe	29	Garça	10	Feminino
		Piaçoca	9	Feminino
PROFESSORES	IDADE/ANOS	GÊNERO		
Gaiivota	41	Feminino		
Gavião	36	Masculino		

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2023

Quanto ao critério de inclusão dos professores da Escola Municipal São Pedro, esclarecemos que esta não estava prevista, mas durante o processo de investigação, sentimos a necessidade da participação destes, por considerarmos que os professores atuantes na Escola do Campo, possuem potenciais agregadores de conhecimento à nossa pesquisa, uma vez que estes acompanham o desenvolvimento das crianças no cotidiano.

3.2 O trabalho da agricultura familiar na Comunidade São Pedro do Marajó

Em seus primórdios, a Comunidade São Pedro do Marajó era composta por uma capela e um barracão que servia como escola, as poucas casas que existiam eram forradas com palhas ou taipa. Mas a necessidade de existência das famílias encontrou na agricultura familiar uma atividade viável para o desenvolvimento local. Assim, a expansão territorial da comunidade teve como base as atividades da agricultura familiar, que se intensificaram ao logo dos anos.

Atualmente, o aspecto socioeconômico da Comunidade é bem diversificado, baseada principalmente nas atividades da agricultura familiar, com a produção e comercialização da farinha de mandioca (*Manihot esculenta*), plantação de guraná⁸, banana, macaxeira entre outros, que permanecem como atividade principal dos residentes da comunidade.

⁸ É uma planta nativa originária da Amazônia, cuja semente é processada e utilizada na fabricação de refrigerante.

Para conhecermos o contexto familiar dos sujeitos, além da roda de conversa, realizamos entrevistas e aplicamos um questionário com questões direcionadas inicialmente aos pais e/ou responsáveis das crianças, para uma compreensão detalhada dos processos que ocorrem dentro do núcleo familiar, considerando as mudanças e transformações desencadeadas ao longo dos anos. E, por fim, exploramos as reflexões filosóficas dos professores da Escola Municipal São Pedro acerca das problemáticas e potencialidades no ensino-aprendizagem observados no contexto escolar.

3.3 As principais atividades de trabalho da agricultura desenvolvidas no núcleo familiar envolvendo crianças.

As novas concepções sobre a infância que concebem as crianças como sujeitos detentores de direitos políticos, culturais e sociais, as novas legislações asseguram um olhar diferenciado sobre a realidade infantil. Nesse sentido, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA na década de 1990 foi um marco nesse processo, assim como outras legislações que vieram a seguir igualmente importantes, apontadas por Gil (2022, p. 34):

De fato, a legislação voltada para a infância, tanto no âmbito internacional quanto no nacional, assegura proteção integral à criança, sempre pensando no seu melhor interesse: desde a Declaração sobre os Direitos da Criança (DDC), de 1959; a Convenção dos Direitos da Criança (CDC), de 1989, documentos da Organização das Nações Unidas (ONU); a Constituição da República Federativa do Brasil (CF), de 1988; e o ECA, de 1990 (ONU, 1959, 1989; BRASIL, 1988, 1990).

Essas normatizações permitiram avanços no âmbito das políticas públicas direcionadas às crianças em vários aspectos, como por exemplo: o direito à educação e a erradicação do trabalho infantil. Tais conquistas foram significativas para o desenvolvimento do país, uma vez que despertou o olhar diferenciado sobre os investimentos em educação e formação social dos sujeitos.

E, como já mencionado a agricultura familiar é um trabalho específico que não necessariamente explora a mão de obra infantil, mas se utiliza dela para ajudar no sustento nuclear da família. Partindo desta premissa avançamos nos diálogos para compreendermos a realidade da família camponesa da Comunidade São Pedro do Marajó.

Ao que consiste sobre as principais atividades na agricultura familiar o pai de Andorinha (2023) é enfático ao afirmar: “*A gente trabalha com a mandioca mesmo, fazendo a farinha pra sobreviver*” (pai de Andorinha, 28 anos, agricultor e morador da comunidade).

Diante desse contexto podemos constatar que o núcleo familiar de Andorinha, é predominantemente marcado pelo cultivo da roça e a produção de farinha de mandioca, produzida para consumo próprio e para comercialização. O recurso obtido com a venda do produto é somado à renda do benefício do Bolsa Família para custeio da cesta básica, além de outros produtos com intuito suprir suas necessidades, como: vestuário, remédios e calçados. Quanto à família de Garça e Piaçoca estes se ocupam da agricultura familiar, mas também fazem o gerenciamento de um pequeno comércio, diversificando sua atuação com fins econômicos para ajudar na renda familiar.

Considerando a necessidade de diversificar a sua produção, a família de Maçarico cultiva o roçado para a plantação da mandioca e também trabalha com o cultivo do guaraná, cujo processo de produção é menos desgastante e mais rentável que a produção da farinha de mandioca. Esse aspecto é percebido na fala da mãe de Maçarico quando relata o seguinte: *pra gente se manter só mesmo do dinheiro da roça, né, [a farinha] que dá o ano todo e do guaraná que é só final do ano* (Mãe de Maçarico, 49 anos, moradora da comunidade).

Analisando a narrativa exposta pela mãe de Maçarico, fica nítida a dinâmica entre as diferentes produções, as quais obedecem a um calendário de safra. Enquanto a mandioca é um vegetal que se pode manejar e produzir o ano todo independente do movimento cíclico das águas (cheia/vazante); ao passo que o guaraná obedece a uma condição específica para a colheita, restringindo-se a uma vez ao ano.

Sendo assim, a produção da farinha é constante, porém, seu preço é desvalorizado quando comparado ao preço do guaraná, considerando que a comercialização do guaraná tem maior rendimento, o que permite à família realizar investimentos anuais em máquinas e equipamentos, que melhoram a produção.

Cabe destacar que os agricultores da região que compreende a Comunidade São Pedro do Marajó, são importantes produtores, que mantêm a tradição pelo cultivo do guaraná, herdada das gerações passadas. Inclusive, o produto é destinado às demandas de uma importante Companhia Multinacional de fabricação de refrigerantes, que investe em capacitação, acompanhamento e melhorias na produção dos produtores. A comercialização é intermediada pela Associação dos Agricultores Familiares e Guaranicultores da Região do Rio Uaicurapá - AGRIGUANI sediada na própria comunidade.

Imagem 03: Agricultores da comunidade em meio a plantação de guaraná.



Fonte: Arquivos da associação Agriguarani, 2022.

Cabe destacar que a Associação Agriguarani é gerenciada por uma equipe composta por moradores da própria comunidade e sua principal representante é a professora Gaivota, como é tratada aqui neste estudo.

Quanto à floresta Amazônica, esta representa uma importante fonte de recursos vegetais, sabendo disso a família camponesa da comunidade se utiliza da coleta de frutos, como: uixi, bacaba, açaí, castanha, tucumã, dentre outros, encontrados na mata e usados na culinária.

Esta diversidade é marcada pelos diferentes grupos de usuários dos recursos naturais, com suas relações específicas e formas de uso, pelas políticas as quais estão sujeitos, pelas condições naturais, pelo sistema produtivo caracterizado por pluriatividades que são organizadas em função das alterações sazonais dos recursos (safra) e determinados pelos regimes hídricos dos rios (secas e cheias) ou pelas condições de acesso ao mercado (rio ou estrada) (Nupeas, 2015, p. 129).

Esse tipo de manejo da natureza gera renda para a população local e, permite uma alimentação saudável de baixo impacto ao ambiente natural, pois todos os anos os ciclos se renovam, configurando-se como um relacionamento harmonioso entre homem e natureza. A produção familiar é agroecológica, por isso é saudável para as famílias e para a natureza.

3.4 Conhecendo as pessoas da família que trabalham na agricultura familiar

Sobre a família de Andorinha esta é composta por seus pais e pela irmã menor de 03 anos, ambos matriculados na Escola São Pedro, ele cursando o 2º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental e a irmã na Educação Infantil. Quanto à divisão do trabalho desta família, fica evidenciado na participação do casal (pai e mãe) e, ainda sem a participação direta dos

filhos, por estes considerarem que as crianças pequenas não necessitam adentrar no mundo do trabalho, como fica evidente na fala da mãe de Andorinha, 28 anos, agricultora: *“Para trabalhar é só eu e ele mesmo”*, [referindo-se ao marido] *“porque os doiszinhos, ainda não sabem. Pela parte da manhã, eles ficam na escola e quando eles saem da aula, ficam ao redor da gente, a gente fica lá observando, pra lá, pra cá, eles ficam lá mesmo, brincando”*.

Em relação à situação de Maçarico (2023) este também não participa diretamente das atividades da agricultura familiar, mas cumpre pequenos mandados relativos à produção, como, buscar água potável para beber, levar o almoço/lanche para os demais, ou seja, desempenha papel relevante de apoio ao processo de produção da família.

Quanto à Garça e Piaçoca, estas acompanham seus pais nas atividades práticas da agricultura, realizando os trabalhos mais simples, retirando a casca e higienizando os tubérculos da mandioca, auxiliando no processo da secagem da massa, entre outras ações que estejam ao seu alcance. Analisando esse contexto, podemos observar os cuidados dos pais/responsáveis com a exposição da criança ao trabalho pesado, mas na medida do possível contam com sua colaboração nas atividades.

Imagem 04: A criança participando do processo de extração da tapioca



Fonte: Arquivo do pesquisador, 2023

Verifica-se, portanto, que mesmo não participando diretamente dessas atividades e, por comungarem do mesmo ambiente de trabalho, ainda que seja somente brincando, vivenciam este processo, e com isso assimilam o comportamento dos pais diante do esforço demandado pelo trabalho.

Cabe enfatizar que a vivência da criança campesina é repleta de jogos e brincadeiras populares. Toutonge e Freitas (2022, p. 84) concebem “o brincar como uma prática de

convívio social e cultural que promove diferentes aprendizados e modos de sociabilidade, cujas experiências e vivências se diferenciam de acordo com o contexto”.

Enquanto os pais trabalham, as crianças inventam brincadeiras, brincam de pião, de roda, pique esconde, inventam carrinhos de madeira ou latas, ou simplesmente sobe nas árvores como forma de diversão, algo muito peculiar entre as crianças camponesas.

3.5 Aspectos socioeconômicos dos que vivem da agricultura familiar na comunidade

A mãe de Maçarico teve ao todo cinco filhos. Atualmente não goza de saúde perfeita e por conta disso não participa dos trabalhos na agricultura com a família, a qual fica a cargo do marido e dos (02) dois filhos mais velhos. Ela dedica-se inteiramente aos trabalhos domésticos. A filha mais velha foi diagnosticada com uma grave doença na infância, e por consequência recebe o Auxílio Doença, no valor vigente de um salário mínimo uma espécie de amparo social.

Trata-se de uma importante ajuda, visto que, complementa a renda deste núcleo familiar, é o que fica evidente na fala da mãe de Maçarico: *fora o dinheiro da farinha, (ela) recebe né o auxílio doença, que ajuda no sustento, pra comprar comida, alguma coisinha né.* De acordo com esse relato, compreendemos a importante ajuda na manutenção econômica da família e inclusive despesas com remédios.

Quando se fala em fonte de renda, não podemos esquecer também dos benefícios sociais os quais auxiliam na renda dos residentes da Comunidade São Pedro do Marajó, a saber: o Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, benefícios sociais que complementam os gastos familiares com vestuário e alimentação entre outras necessidades.

Este aspecto pode ser evidenciado na fala da mãe de Andorinha, quando explicita que *“além da venda da farinha, a gente recebe o bolsa família e o auxílio aquele do cartãozinho, que a gente faz o rancho”*. Trata-se de programas emergenciais de auxílio à renda de pessoas em vulnerabilidade social, programas os quais recebem críticas por não resolverem de forma concreta os problemas sociais e econômicos da realidade circundante, mas, que embora as críticas, não podemos negar sua importância para os sujeitos que dependem e sobrevivem no/do campo, para sustento de suas famílias.

3.5 A disponibilidade de horário para a realização das atividades escolares extraclasses

Conforme exposto anteriormente, o contexto social e educacional brasileiro sofreu mudanças significativas nos últimos anos quanto aos direitos da criança, tais mudanças

refletiram nas ações envolvendo a agricultura familiar, as quais minimizaram a participação direta das crianças nos trabalhos agrícolas praticados pelo núcleo familiar. Essas novas concepções engendraram nos pais um sentimento de cuidado no ato de acompanhar os filhos nas tarefas escolares, por crerem que a educação é o único caminho a ser trilhado para obtenção de melhores condições de vida. Sobre a disponibilidade de horário, a mãe de Andorinha faz o seguinte esclarecimento:

A gente tira a hora do meio dia, é mais o pai que ajuda ele, porque pra ela [referindo-se a filha de 3 anos] não vem [atividades], aí quem ajuda mais é o pai dele a fazer as tarefas. Esse horário é porque está mais calmo, mais quieto, mais tranquilo, pra ele fazer as tarefas dele, a gente tira mais esse horário do meio dia, é tempo também que é depois do almoço né.

Nesse diálogo compreendemos que a observância e o respeito pela natureza estão presentes no hábito das famílias camponesas, utilizando o descanso do almoço para ajudar nas atividades escolares dos filhos. Quanto à mãe de Maçarico, esta entende que a responsabilidade de ajudá-lo nas atividades escolares é dela, embora, às vezes, conta com a autonomia do filho nas questões que ela sente dificuldade: “*eu tiro tempo, o que eu entendo eu ajudo ele fazer, mas têm coisas que ele mesmo já sabe assim pra ele fazer sozinho, ele faz. Mas tem coisas que eu pergunto logo: Maçarico, tu trouxe tarefa? Então bora ver lá pra mim te ajudar*”.

Diante de tantos problemas enfrentados pela família, a parceria é fundamental neste processo, uma vez esse gesto envolve o diálogo, disposição, concentração e disciplina, uma vez que as crianças naturalmente são apegadas as brincadeiras, e nesse caso, o ambiente campesino é propício às múltiplas possibilidades para o brincar.

Portanto, embora as dificuldades relatadas pelos pais e/ou responsáveis dos alunos, o apoio dos mesmos é fundamental no trabalho pedagógico educativo em colaboração ao trabalho do professor. Tal apoio torna-se imprescindível para o desempenho educacional do filho e algo motivador nessa troca de experiência escola-comunidade

3.6 As concepções dos pais sobre as possibilidades para o desenvolvimento das crianças na relação entre o trabalho pedagógico educativo e a agricultura familiar

A presença da escola na comunidade é um direito do povo do campo conquistado com muita luta e sacrifício, ela é importante porque oferece comodidade no atendimento educacional para os filhos dos que residem na comunidade. Por outro lado, para os que

dependem do transporte escolar para deslocar-se até a escola por um trajeto diário, longo e desgastante, exige maior resistência para os que exercem atividades agrícolas em seu núcleo familiar.

Quanto às possibilidades de desenvolvimento da criança na relação trabalho na agricultura familiar e trabalho pedagógico educativo percebemos diferentes concepções no trato com a questão. A preocupação da mãe de Garça e Piaçoca está focada tanto nas necessidades de aprendizagens no trabalho da agricultura familiar quanto no trabalho educativo da escola, sendo assim, a dificuldade das meninas consiste em “acompanhar o ritmo do trabalho da família por ainda serem crianças”, e com isso não atenderem as expectativas dos pais.

Mas, por outro lado “a boa vontade de estar ali e querer fazer algo nas atividades da escola eu vejo todos os dias, o quanto cada uma tem evoluído em questão de fazer os seus trabalhos de aula conforme o professor tem ensinado”. Esse reconhecimento da dedicação das crianças em evoluir na aprendizagem escolar, supera as expectativas em expor as crianças aos trabalhos diários da agricultura exercido pela família.

Considerando o aspecto do trabalho colaborativo na agricultura familiar a primeira fala da mãe de Garça e Piaçoca é de decepção pela pouca idade das meninas, mas ao mesmo tempo sua esperança se renova quando percebe a evolução e empenho no estudo das filhas.

Sobre essa mesma questão, a mãe de Andorinha (2023) argumenta:

A gente pensa num bom estudo pra eles termine, tire o Ensino Médio, e [...] continue o estudo deles, daqui mais uns anos cursar uma faculdade, olha eu e o pai terminamos o Ensino Médio e aí ficou, então é isso que a gente quer para os nossos filhos. A gente quer um estudo bom, para que eles estudem se formem e sejam alguém na vida.

A concepção apresentada é importante, porque a escola representa uma oportunidade de melhorias para a família, pois, acreditam que somente pela via do estudo seu futuro pode ser melhor do que é atualmente, dessa forma almejam para os seus filhos a continuidade educacional buscando conhecimento, agregando novas técnicas de produção incorporada na agricultura familiar e assim subsidiar sua sobrevivência com mais eficiência.

Por conta da escassez de recursos financeiros, a maioria das famílias da comunidade, tem dificuldade de moradia para que seus filhos possam cursar o Ensino Superior na cidade, e por isso muitos concluem o Ensino Médio e permanecem com os pais trabalhando na agricultura familiar. Essa é uma realidade muito comum nas Escolas do Campo, além do mais

são escolas organizadas em classes multisseriadas, onde os alunos são agrupados em turma única, tornando o trabalho do professor ainda mais difícil, como assinala Silva (2017, p. 48):

Um dado que a realidade das escolas do campo no Município de Parintins assinala e que requer atenção é quanto a sua organização escolar que traduz características e tratamento distintos, sendo possível encontrar pelos menos três formas de organização: escolas multisseriadas, escolas agregadas e escolas nucleadas.

A Escola Municipal São Pedro possui essas características, atendendo alunos da própria comunidade e das comunidades circunvizinhas, exigindo do professor um maior esforço para desenvolver metodologias para desempenhar o trabalho pedagógico educativo. Para melhor compreensão das vivências e aprendizagens dos alunos, estabelecemos um importante diálogo com Gaivota e Gavião, professores da Escola São Pedro que atuam na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

3.7 As principais dificuldades vivenciadas por alunos que participam das atividades realizadas na agricultura familiar.

O contexto que vivemos quando tínhamos (05) anos de idade, época em que começamos a estudar, era bem diferente. Naquele período não tinha transporte, nem merenda escolar, o ensino também era diferente, as dificuldades eram maiores. Desde pequenino havia a necessidade de articular o trabalho da agricultura familiar e o trabalho educativo na escola, uma vez que era dessa forma que as famílias sobreviviam.

Mas, as transformações ocorridas no mundo, sobretudo, quanto às questões socioeducativas, influenciaram e fizeram-se sentir também no Campo. Atualmente a legislação obriga a criança em idade escolar a estar matriculada na escola, inclusive, aponta como condição que enquanto benefícios sociais as crianças estejam frequentando a escola, isto porque se trata de uma política social agregadora que propicia à criança camponesa permanecer na escola sem com isso participar diretamente dos trabalhos familiares na agricultura, como deixa claro a Professora Gaivota, de 41 anos.

As crianças não têm participação direta nas atividades da agricultura, pois no horário de trabalho da família as crianças estão na escola. Pois o trabalho geralmente é feito no horário da manhã. Por isso elas participam mais das atividades de rotina diária em casa, afazeres leves, as crianças têm bastante liberdade para brincar

Como mencionamos anteriormente, a professora Gaivota é formada em Pedagogia, sendo responsável das turmas da Educação Infantil e 1º e 2º ano do Fundamental, em sua concepção quanto à participação das crianças nas atividades da agricultura deve ser mínimas ficando estas dedicadas entre aos afazeres domésticos, educacionais e às brincadeiras.

Mas para o professor Gavião (2023) o contexto é bem diferente, cabe lembrar que se trata de um professor licenciado em Química atuando em turma multisseriada de 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental. E em suas palavras, *“As principais dificuldades que vejo como professor em sala de aula, é o cansaço. Na maioria das vezes o sono das crianças, falta de tempo para fazer as atividades, as vezes desinteresse mesmo* (Gavião, 38 anos, professor)

Diante do exposto, a fala do professor denota que as crianças carregam consigo os sinais do cansaço por acompanharem suas famílias nos trabalhos da agricultura, o que atrapalha em sua práxis cotidiana.

3.8 A relação trabalho educativo na agricultura familiar e trabalho pedagógico educativo na escola e a influência no desenvolvimento do aluno

No entendimento da professora Gaivota (2023), o bom desempenho de seus alunos se deve ao fato destes preferirem o ambiente escolar que o trabalho com a família na agricultura.

O trabalho na agricultura por ser cansativo, pesado e demorado, desperta na criança o desejo de estar na escola e não no sol trabalhando. Com isso o professor tem mais tempo para ensinar e fazer com que a criança possa ter melhor desenvolvimento na aprendizagem, visto que, essas crianças não faltam aula por causa do trabalho na agricultura familiar.

Na concepção da professora, a vivência cotidiana de trabalhos dos pais, são estímulos para que os alunos se apeguem cada vez mais ao trabalho pedagógico escolar, considerando que estes assimilam as responsabilidades e necessidades geradas pelo trabalho dos pais, fazendo que estes prefiram estar na escola que junto à família trabalhando.

O professor Gavião (2023) por sua vez, compreende e reconhece a importância do trabalho familiar, pois é por meio dele que as famílias sobrevivem, mas, também percebe que é preciso incentivar e demonstrar a relevância da educação para os alunos, como possibilidade de desenvolvimento e ascensão social.

A aprendizagem do aluno influencia diretamente nisso, mas na zona rural é comum o aluno estar ligado ao trabalho familiar, pois a família se ajuda dessa forma. A escola também tem seu papel

importante nisso, pois não podemos deixar de lado a motivação, o conhecimento e sabendo que só a educação lhe dará um futuro melhor e de qualidade para esse aluno e sua respectiva família.

É nessa perspectiva que o trabalho docente deve potencializar o desenvolvimento do pensamento crítico no aluno, reconhecendo a necessidade do mesmo se envolver nos trabalhos da agricultura familiar, mas ao mesmo tempo, levá-lo a questionar por seus direitos por melhores condições tanto para o trabalho que realiza junto aos familiares, quanto para o trabalho que o professor realiza na escola, sem que isto represente a negação de sua identidade (Arroyo, 1999, p. 17)

a escola rural tem que dar conta da educação básica como direito do homem, da mulher, da criança, do jovem do campo. Ou seja, estamos colocando a educação rural onde sempre deve ser colocada, na luta pelos direitos. A educação básica, como direito ao saber, direito ao conhecimento, direito à cultura produzida socialmente.

Nesse sentido, a escola enquanto instituição formadora da vida social dos sujeitos deve possibilitar uma aprendizagem contextualizada, articulando conhecimentos científicos e tradicionais, enaltecendo a importância do trabalho que a família desempenha, fazendo com que este compreenda o valor simbólico do trabalho para sua formação social.

3.9 Potencializando o trabalho pedagógico educativo de alunos que desenvolvem atividades na agricultura pelo viés da escola

A escola é uma importante instituição educativa que agrega conhecimentos e valores culturais e sociais, pois se tratam de uma entidade articuladora de educação que pode ser contextualizada com os saberes tradicionais presentes no cotidiano.

O trabalho na agricultura familiar serve de exemplo ou de tema a serem trabalhados os conteúdos disciplinares. Nesse contexto, a escola deve possibilitar à criança compreender o valor do trabalho não só no seu núcleo familiar, mas para a comunidade e/ou município. E como alternativa de trabalho, não somente como é feito pelos pais, mas as novas técnicas agrícolas que pode ser adquirida com a continuação dos estudos superiores, etc. (Professora, Gaivota, 41 anos, 2023)

Em seu diálogo a professora Gaivota (2023) se utiliza dos conhecimentos do trabalho da agricultura familiar e dos saberes locais para articular às disciplinas, para que os alunos possam compreender o valor simbólico presente da atividade na vida familiar, para que este

consiga assimilar sua importância para a sobrevivência, mas ao mesmo tempo, incentivá-los a buscar conhecimentos, que possam agregar valor ao trabalho do núcleo familiar.

O professor Gavião (2023) entende que “*a escola pode conversar com a família, conscientizar para que o trabalho não atrapalhe o seu rendimento e aprendizagem na escola, pois queira ou não sente isso no dia a dia escolar*”. O trabalho pedagógico educativo é potencializado quando a família adquire consciência de não deixar que as atividades de trabalho da agricultura interfiram no desempenho escolar, sobre esse aspecto Hage (2005, p. 188) nos ensina que:

Ao se tomar como base esses pressupostos, rompe-se com um olhar, que situa a escola como espaço isolado, redutor e uno do saber *cientificista*; fechada em si mesma; e redefini-se para um olhar dialógico e de construção coletiva com os saberes, as culturas, as identidades e práticas sociais cotidianas dos grupos e classes populares excluídas

Para isso, deve haver é um entendimento entre as partes, pois as duas realidades são fundamentais para a formação social da criança tanto o trabalho na agricultura familiar quanto o trabalho pedagógico educativo convergem para o desenvolvimento humano integral deste sujeito, a qual se refletirá na sua existência enquanto ser social.

3.10 A articulação dos conteúdos escolares com os conhecimentos que os alunos trazem de suas experiências nas atividades da agricultura que realizam em seu núcleo familiar

O campo oferece múltiplos recursos que podem ser utilizados para articular conteúdos curriculares com os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos de sua convivência cotidiana em seu núcleo familiar e sua realidade circundante, quanto a isso:

O professor deve considerar esses conhecimentos principalmente na hora do planejamento. Pois, as vivências das crianças estão norteadas nos conteúdos disciplinares, basta que o professor tenha essa atenção para fazer a relação nas aulas. Sendo que é mais fácil entender através daquilo que ela conhece. Essa relação possibilita à criança valorizar o trabalho de sua família (Professora Gaivota, 41 anos, 2023).

Na narrativa da professora Gaivota é possível fazer essa articulação, dentro de um planejamento bem estruturado, que considere os saberes trazidos com as crianças das suas vivências construídas cotidianamente. Essa carga cultural trazida para dentro de sala é

importante para contextualizar à educação e inculcar nas crianças, desde cedo os valores e significados sobre a importância do trabalho de sua família.

Como professor poderíamos aprender um com o outro suas diversas maneiras de trabalho que realizam em seus núcleos, como fazer uma farinha, preparar uma roça, maneiras e dias para pescar, entre outras atividades que realizam e fazem, levando tudo isso para o cotidiano de nossa escola (Professor Gavião, 2023).

Cabe enfatizar que o professor Gavião não nasceu em ambiente camponês, este fato nos leva a compreender sua fala de aprendizagem mútua, pois na condição de morador da cidade, entende o quanto que precisa aprender com as crianças num compartilhamento de saberes, que se constitui na relação professor e aluno, concepção esta que corrobora com a assertiva da professora Gaivota anteriormente e está em consonância com a reflexão tecida por Hage (2005, p. 185), segundo o qual:

Esse diálogo entre saberes, como um dos princípios centrais dessa concepção de educação popular freireana, constitui-se, portanto, em elemento propiciador e fundante na contribuição da produção e da gestação de práticas pedagógicas e de relações no mundo da vida multiculturais, que expressem a construção de novas formas de sociabilidades, que tenham como base a luta ético-política e social pela humanização e emancipação, por meio tanto do reconhecimento e afirmação dos saberes, das diferenças culturais e identitárias, quanto da igualdade socioeconômica, o que implica trabalhar os saberes na perspectiva da transformação social

Valorizar os saberes adquiridos e compartilhados na vida cotidiana dos camponeses, é o anseio expressado por todos que defendem e discutem o campo, como mecanismo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e crítica. Faz-se necessário o compromisso do educador em compreender a dinâmica de sua práxis, no sentido de criar novas ideias que incentivem seus alunos a desenvolver a pesquisa, para que este tenha plena condição de fazer suas escolhas satisfatoriamente.

Os saberes tradicionais produzidos e reproduzidos no ambiente camponês, não pode ser inferiorizado em detrimento do saber produzido na escola. Sendo assim, no próprio contexto do trabalho familiar existem diversos elementos que podem ser utilizados pelo professor como subsídios para a articulação de saberes, como exemplo: para trabalhar conteúdos da matemática como a fração é possível fazê-lo utilizando o beiju que é um subproduto da mandioca, cujo formato circular permite fracionar as partes, para obter o aprendizado.

Quanto ao sistema de medidas este pode ser articulado com o peso das sacas utilizadas para o transporte da mandioca, e a quantidade de líquidos obtidos na extração dos tubérculos também representa uma opção de articulação de saberes. Na realidade o ambiente natural circundante pode ser potencializado para articular o tempo e o espaço, bem como a trabalhar a historicidade explorando os elementos naturais presente na localidade.

Cabe enfatizar a importância dessa práxis de reconhecimento dos saberes emanados pelos sujeitos e apropriados pela escola para desenvolver práticas transformadoras de sujeitos de sua própria. Essas experiências permitem aprendizagens significativas combinando técnicas antigas de manejo florestal, e atividades cotidianas como forma de equilibrar o processo de ensino aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho alcançou seu objetivos, pois, nos permitiu compreender a dinâmica vivida no contexto familiar dos alunos da Escola Municipal São Pedro da Comunidade do Marajó, suscitando uma reflexão sobre o paradigma holístico existente na Educação do Campo, cuja proposta é a tessitura de diálogos entre os saberes tradicionais que permeiam o convívio familiar articulados aos saberes ensinados e aprendidos na escola, para que os sujeitos possam entender seu lugar de pertencimento, e a importância das relações de aprendizado que se estabelecem entre a prática educativa da escola e o trabalho da agricultura familiar.

Este estudo contribuiu significativamente para o reconhecimento do importante papel desempenhado pelos pais/responsáveis na participação do processo educativo dos filhos, pelo acompanhamento das atividades escolares, pela transmissão de saberes tradicionais cotidianos construídos na relação com o trabalho da agricultura familiar, ajudando a produzir conhecimentos que se traduzem na forma como as crianças aprendem a fazer sua leitura de mundo. A pesquisa contribuiu ainda para a compreensão detalhada dos aspectos culturais, sociais e econômicos dos núcleos familiares, advindos da relação com a terra, natureza, rios, lagos, igarapés, agricultura, pesca e a produção da agricultura familiar.

A realização deste estudo serviu também para valorizar os saberes produzido no Campo, enfatizando a importância deste, ser tomado como ponto de partida pela escola, para articular os conhecimentos de conteúdos científicos da proposta curricular estabelecendo

conexão com os saberes produzidos e reproduzidos pelos alunos, contribuindo para uma formação social contextualizada.

Quanto a esse aspecto, ressaltamos ser imprescindível a sensibilidade dos educadores que atuam no campo para que (re)conheçam o ambiente sociocultural infantil camponês, desenvolvendo ações dialógicas, analíticas e investigativas, num processo de escuta das crianças e de suas famílias para a criação de alternativas pedagógicas educativas que considerem o protagonismo da criança como sujeito histórico, político e social.

Conhecer a realidade, as vivências e o protagonismo dos sujeitos durante o processo investigativo, nos permitiu compreender as relações que se estabelecem, as especificidades enfrentadas pelos sujeitos, e acima de tudo, perceber o campo imenso de possibilidades que se pode explorar para o desenvolvimento de uma prática educativa contextualizada, que ajudam a práxis do professor e se reflete na potencialidade de aprendizagem. As experiências vivenciadas durante a pesquisa se reflete na minha formação docente, pautada na observância dos fundamentos e preceitos na qual se assenta a Educação do Campo.

Assim, chegamos ao final deste ciclo de pesquisa, cientes de que as discussões desta temática não se encerram com este estudo, considerando que os debates sobre a Educação do Campo precisam continuar exaustivamente para consolidar seus fundamentos, em observância e detrimento aos sujeitos que vivem e dependem do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília - DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. nº. 2, 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores(as) do Campo**. Vol. 27. Campinas. CEDES, 2007.

BORGES, Maria Célia; DALBERIO, Osvaldo. **Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam a pesquisa em educação**. Revista Iberoamericana de Educacion, 2007.

BORGES, Heloísa da Silva; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho (Org). **Trabalho e Educação do/no Campo: agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica**. Amazonas: FAGED/UFAM, 2014.

CALDART, Roseli Salette (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CERQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de fé no médio Amazonas**. 2. ed. Manaus, ProGraf, 2009.

CANDOTTI, Ennio. **Entrevista**. in. Revista Terceira Margem Amazônia. São Paulo. Outras expressões. v.1 n,5, 2015

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, Ivani. Metodologia da Pesquisa Educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GHEDIN, Evandro (Org). **Efeito borboleta: Experiências em educação do campo**. Manaus: UEA, Valer, 2013.

GHEDIN, Evandro (Org). **Fundamentos filosóficos à educação do campo**. Boa Vista: UFRR, 2016.

GIL, Pamela Alves. **A criança Macuxi em Roraima: crianças indígenas amazônicas**. In: ANDRADE; TRINDADE; LEAL (Org). Infâncias amazônicas: arte, cultura e educação. 1. ed. Belém-PA: Paka-Tatu, 2022.

HAGE, Salomão Mufarrej (Org). **Educação do Campo na Amazônia: retratos da realidade de escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gutenberg Ltda, 2005

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bacias Hidrográficas**. Rio de Janeiro, 2021

LUCKESI, Cipriano. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia - NUPEAS. Um espaço de Formação Profissional Interdisciplinar frente à complexidade da questão rural

Amazônica. In: **Revista Terceira Margem Amazônia**. São Paulo. Outras expressões. v.1 n. 5, 2015.

MEIRELLES, Augusto Cruz de. Agricultura Familiar no contexto da agroecologia. In: **Trabalho e Educação do/no Campo**: Agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica. Amazonas. FACED/UFAM, 2014.

MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. ANPEC, 2004.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmem Sanches (Org). **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24.ed.rev. atual. São Paulo: Cortez, 2017.

SCHOR, Tatiana. **Redes, fluxos e abastecimento de comida no Alto Solimões/Am**: reflexões sobre o papel das cidades e da produção rural no desenvolvimento local *In*: Revista Terceira Margem Amazônia. São Paulo. Outras expressões. v.1 n,5, 2015.

SILVA, Simone Souza. **Políticas de formação inicial de professores do campo em Parintins**: Contextos e Contradições. 2017. 227f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017

SOUZA, José Camilo Ramos de. Agricultura familiar e escola ribeirinha da várzea de Parintins: o distanciamento entre dois ensinamentos. In: **Revista Terceira Margem Amazônia**. São Paulo. Outras expressões. v.1 n. 5, 2015.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

TEIXEIRA, Aldenor de Oliveira. **Memórias e histórias da Comunidade São José da Terra Preta do Rio Mamuru**. UEA/CESP, 2015.

TREVISAN, Amarildo Luíz. **Filosofia da Educação e formação de professores no velho dilema entre teoria e prática**. Editora UFPR, 2011.

TOUTONGE, Eliana C. Pojo; FREITAS, Maria Natalina Mendes. Brincades nas águas: experiências de crianças quilombolas e ribeirinhas, Abaetetuba, Pará In: ANDRADE; TRINDADE; LEAL (Org). **Infâncias amazônicas**: arte, cultura e educação. 1. ed. Belém-PA: Paka-Tatu, 2022.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso dos seus recursos naturais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

ANEXOS A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PAIS DAS CRIANÇAS

UEA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Caro(a) Estudante/Professor(a).....,

Convidamo-lo(a) a participar da pesquisa de TCC **Trabalho Educativo e Trabalho Agrícola Familiar com crianças na Comunidade São Pedro do Marajó**, sob a responsabilidade do pesquisador (a) **Aroldo Pereira Gomes** com endereço profissional no Centro de Estudos Superiores de Parintins, sito a Estrada Odovaldo Novo, s/nº - Dejard Vieira, CEP 69152-470 - Parintins/AM, telefone: (92) 3533-6630, email: apg.ped19@uea.edu.br e do seu orientador professor(a) Dra. Simone Souza Silva com endereço profissional no Centro de Estudos Superiores de Parintins, sito a Estrada Odovaldo Novo, s/nº - Dejard Vieira, CEP 69152-470 - Parintins/AM, telefone: (92) 3533-6630, email: ssilva@uea.edu.br.

Com essa pesquisa, pretendemos analisar os desafios e possibilidades que emergem na relação entre o trabalho educativo de crianças na agrícola familiar e o seu processo de ensino aprendizagem no 1º ao 5º ano em uma classe multisseriada do Ensino Fundamental da Escola Municipal São Pedro do Marajó/Uaicurapá, Pin-Am

Para atingir o nosso objetivo, aplicaremos questionário com o(a) senhor(a), observação e a realização do grupo focal. Para os instrumentos realizaremos questionário e entrevista e observação participante. Pedimos seu consentimento para que os instrumentos de pesquisa (as observações, os questionários e as entrevistas) sejam gravados em áudio e registrados por meio de fotografias. Informamos que o conteúdo das gravações será transcrito e este constituirá objeto de análise desse estudo, podendo ser citado no TCC, de acordo com suas necessidades científicas.

Os riscos decorrentes da sua participação na pesquisa poderão ser constrangimento, desconforto, mal-estar e incômodo, os quais poderão ocorrer durante a aplicação do questionário e da sua participação na pesquisa. Você deverá se sentir à vontade para nos chamar a qualquer momento para falarmos sobre suas preocupações e dúvidas, para o que a pesquisadora se compromete a minimizar tais riscos e, se for o caso, garantir atendimento

psicológico, sem nenhum ônus para você. Se você aceitar participar estará contribuindo para novas reflexões e novos questionamentos acerca da temática investigada.

O(a) senhor(a) pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar se justificar e, pelo fato de desejar sair da pesquisa, não terá qualquer prejuízo. O(a) senhora(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração porque o custeio da pesquisa será de total responsabilidade da pesquisadora. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo mantida em sigilo.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, tendo sido informado(a) quanto ao teor de tudo aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo da referida pesquisa, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. Este documento será emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo (a) pesquisador (a), ficando uma via com cada um de nós.

Parintins, ____ de _____ de 2023

Assinatura do participante

Aroldo Pereira Gomes
Pesquisador (a)

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS PARA OS PAIS E PROFESSORES

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS COM OS PAIS

1. Quais são suas principais atividades de trabalho agrícola desenvolvidas no seu núcleo familiar?
2. Quais as pessoas de sua família que trabalham nessas atividades?
3. A família possui outra fonte de renda?
4. Caso a criança participe, que função exerce nas atividades?
5. Qual o horário disponibilizado para a realização das atividades escolares extraclasse?
6. Quais as principais dificuldades você percebe no desenvolvimento de sua filha (seu filho) em relação ao trabalho que realiza na agricultura familiar e nas atividades da escola?
7. Que possibilidades você percebe no desenvolvimento de sua filha (seu filho) na relação entre o trabalho educativo que este realiza na agricultura familiar e nas atividades da escola?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

1. Quais as principais dificuldades vivenciadas por seu aluno que participa das atividades realizadas pelo seu núcleo familiar na agricultura familiar?
2. Para você, de que forma a relação trabalho educativo na agrícola familiar e trabalho educativo na escola influencia no desenvolvimento do aluno?
3. De que forma a escola pode potencializar o trabalho educativo de seus alunos que desenvolvem atividades agrícolas em seus núcleo familiar?
4. Como professor, como você poderia articular os conteúdos escolares com os conhecimentos que os alunos trazem de suas experiências nas atividades agrícolas que realizam em seu núcleo família?